



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 126

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1967

MENSAGEM Nº 11, de 1967 (C.N.)

(Nº 647-67, na origem)

Na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição, tenho a honra de subter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a Admissão ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e revoga dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

Brasília, em 28 de setembro de 1967.
— A. Costa e Silva.

MINISTERIO DA MARINHA

Rio de Janeiro, GB, em 31 de agosto de 1967.

CALS-TE (GM-13) F. 3.931-67.
Nº 155.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais se ressentia, há alguns anos, da falta de engenheiros, hoje agravada com a recente transferência para a Reserva Remunerada de muitos dos Oficiais que compunham o Quadro, em consequência da aplicação da nova Lei da Inatividade dos Militares.

Tem sido opinião generalizada na Marinha que a fonte básica de Oficiais do C.E.T.N. deve ser a Escola Naval.

Entretanto, não tem sido possível preencher o C.E.T.N. apenas com Oficiais egressos da Escola Naval, em que pese as medidas administrativas internas no sentido de estimular o ingresso desses Oficiais no citado Corpo, notadamente porque o número de Oficiais dos demais Corpos e Quadros da Marinha é insuficiente para as necessidades da Marinha.

Vendo a necessidade de solucionar o problema, foi constituído um Grupo de Trabalho, o qual concluiu que seria conveniente adotar a complementação do C.E.T.N. com o aproveitamento de civis diplomados, mediante concurso. Entretanto, o Decreto nº 57.302, de 22 de novembro de 1965, que trata do Concurso de Admissão ao C.E.T.N. contém dispositivos em vigor da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, não sendo possível, até a presente data, a aplicação do citado Decreto.

Assim, visando a corrigir a falha existente no sentido de dotar a Administração do instrumento necessário à complementação dos efetivos do C.E.T.N., submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o projeto de Lei anexo que, alterando disposições da Lei nº 1.531-A-51, permite que se cumpra o já citado Decreto nº 57.302-65.

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 4 de outubro de 1967, às 21 horas e 50 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão em turno único, do Projeto de Lei nº 8, de 1967 C. N., de iniciativa do Presidente da República, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e meus mais profundos respeito. — Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Ministro da Marinha.

PROJETO DE LEI

Nº 11, de 1967 (C.N.)

Altera dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — O § 2º e as suas alíneas a) e b), de Art. 4º da Lei número 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, modificada pelas Leis nºs 3.399, de 11 de junho de 1958 e 4.560, de 23 de dezembro de 1963, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º — Poderão ingressar no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, desde que satisfaçam requisitos a serem estabelecidos em Regulamento desta Lei:

a) Mediante concurso de seleção e posterior curso de Engenharia;

I — Oficiais do Corpo da Armada;

II — Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha, por necessidade do serviço e a critério da Administração Naval.

b) Mediante concurso de admissão, por necessidade do serviço e a critério da Administração Naval, desde que diplomados pelos Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia do país, devidamente reconhecidas pelo Governo Federal ou Engenharia, cujos diplomas venham a ser reconhecidos pelo Governo Federal, mesmo quando formados em Institutos, Faculdades e Escolas de Engenharia do estrangeiro:

I — Primeiros e Segundos Tenente;

— do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha;

— do Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais; e

— oriundos do Centro de Instrução para Oficiais da Reserva da Marinha ou Escola de Formação de Oficiais para a Reserva da Marinha.

II — Suboficiais e Sargentos.

III — Civis.”

Art. 2º Ao Art. 4º da Lei número 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, fica acrescentado o § 3º com a seguinte redação:

“§ 3º — A colocação de ingressante será após o oficial mais moderno do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.”

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.531-A — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1951

Fixa os efeitos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os efetivos dos Oficiais do Corpo da Armada e dos demais Corpos e Quadros da Marinha de Guerra passam a ter a seguinte constituição:

Art. 4º Os atuais Oficiais do Corpo da Armada, dos Indefinidos (EN) e (S) passarão para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, ao ocupando colocação de acordo com os seus postos e antiguidade atuais.

§ 1º Os Oficiais que, em virtude de concurso, se acharem, atualmente, cursando engenharia, ingressarão para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais logo que aprovados nos respectivos cursos e ocuparão lugar nos diversos postos, de acordo com sua antiguidade.

§ 2º O ingresso para o Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais se fará por concurso, mediante regulamentação a ser expedida pelo Governo dentro do prazo de noventa (90) dias após a entrada em vigor da presente Lei, observando-se:

a) que o candidato seja detentor de diploma de escola superior, especial ou técnica, nacional ou estrangeira, para onde for enviado, após o concurso de seleção;

b) a colocação do ingressante será feita após o oficial mais moderno do mesmo corpo.

Art. 11. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1951: 130º da Independência e 13ª da República. — Getúlio Vargas — *Antônio de Almeida Guillobel*.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.399 — DE 11 DE JUNHO DE 1958

Fixa os efeitos dos Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e dos Quadros da Marinha de Guerra, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os efetivos dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra, abaixo indicados, passam a ter a seguinte constituição:

Corpo da Armada

Almirante de Esquadra	1
Vice-Almirante	1
Contratante	1
Capitão de Mar e Guerra	1
Capitão de Fragata	1
Capitão de Corveta	1
Capitão-Tenente	1
1º Tenente	1
2º Tenente (aberto)	1

Corpo de Fuzileiros Navais

Vice-Almirante	1
Contratante	1
Capitão de Mar e Guerra	1
Capitão de Fragata	1
Capitão de Corveta	1
Capitão-Tenente	1
1º Tenente	1
2º Tenente (aberto)	1

Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais

Vice-Almirante	1
Contratante	1
Capitão de Mar e Guerra	1
Capitão de Fragata	1
Capitão de Corveta	1
Capitão-Tenente	1

Corpo de Intendentes da Marinha

Vice-Almirante	1
Contratante	1
Capitão de Mar e Guerra	1

Capitão de Fragata	50
Capitão de Corveta	90
Capitão-Tenente	120
1º Tenente	180
2º Tenente (aberto)	240
	464

Corpo de Saúde da Marinha
Quadro de Médicos

Vice-Almirante	2
Contral-Almirante	2
Capitão de Mar e Guerra	21
Capitão de Fragata	56
Capitão de Corveta	80
Capitão-Tenente	120
1º Tenente	100
	374

Quadro de Farmacêuticos

Capitão de Mar e Guerra	2
Capitão de Fragata	5
Capitão de Corveta	8
Capitão-Tenente	20
1º Tenente	25
	60

Quadro de Cirurgiões-Dentistas

Capitão de Mar e Guerra	4
Capitão de Fragata	10
Capitão de Corveta	20
Capitão-Tenente	50
1º Tenente	47
	131

Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha

Capitão de Corveta	15
Capitão-Tenente	70
1º Tenente	130
2º Tenente	130
	345

Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais

Capitão de Corveta	3
Capitão-Tenente	7
1º Tenente	15
2º Tenente	25
	50

Quadro de Músicos Fuzileiros Navais

Vetado	2
1º Tenente	2
2º Tenente	3
	5

Art. 2º As vagas provenientes do presente aumento de efetivos serão preenchidas Vetado... da seguinte forma:

Corpo da Armada
(Vetado) 1958

3 Vice-Almirantes
2 Contra-Almirantes
16 Capitães de Mar e Guerra
20 Capitães de Fragata
10 Capitães de Corveta
25 Primeiros Tenentes

Janeiro de 1959

1 Vice-Almirante
1 Contra-Almirante
19 Capitães de Mar e Guerra
25 Capitães de Fragata
25 Primeiros Tenentes

Corpo de Fuzileiros Navais
(Vetado) 1958

2 Contra-Almirantes
6 Capitães de Mar e Guerra
11 Capitães de Fragata
20 Capitães de Corveta
13 Capitães-Tenentes
11 Primeiros Tenentes

Janeiro de 1959

5 Capitães de Mar e Guerra
9 Capitães de Fragata
10 Capitães de Corveta
12 Capitães-Tenentes
9 Primeiros Tenentes

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Endereço nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais

(Vetado) 1958

1 Contra-Almirante
1 Capitão de Mar e Guerra
9 Capitães de Fragata
18 Capitães de Corveta
7 Capitães-Tenentes

Janeiro de 1959

1 Capitão de Mar e Guerra
9 Capitães de Fragata
18 Capitães de Corveta
6 Capitães-Tenentes

Corpo de Saúde da Marinha

(Quadro de Médicos)

(Vetado) 1958

1 Vice-Almirante
1 Contra-Almirante
5 Capitães de Mar e Guerra
12 Capitães de Fragata
10 Capitães de Corveta
15 Capitães-Tenentes
13 Primeiros Tenentes

Janeiro de 1959

4 Capitães de Mar e Guerra
10 Capitães de Fragata
10 Capitães de Corveta
15 Capitães-Tenentes
12 Primeiros Tenentes

Quadro de Cirurgiões Dentistas

(Vetado) 1958

2 Capitães de Mar e Guerra
4 Capitães de Fragata
7 Capitães de Corveta
14 Capitães-Tenentes

Janeiro de 1959

1 Capitão de Mar e Guerra
3 Capitães de Fragata
6 Capitães de Corveta
14 Capitães-Tenentes

Quadro de Farmacêuticos

(Vetado) 1958

1 Capitão de Mar e Guerra
1 Capitão de Fragata
2 Capitães de Corveta
8 Capitães-Tenentes

Janeiro de 1959

1 Capitão de Fragata
2 Capitães de Corveta
7 Capitães-Tenentes

Corpo de Intendentes da Marinha

(Vetado) 1958

1 Vice-Almirante
1 Contra-Almirante
5 Capitães de Mar e Guerra
7 Capitães de Fragata
9 Capitães de Corveta
6 Capitães-Tenentes

Janeiro de 1959

4 Capitães de Mar e Guerra
7 Capitães de Fragata
9 Capitães de Corveta
6 Capitães-Tenentes
4 Primeiros Tenentes

Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha

(Vetado) 1958

6 Capitães de Corveta
23 Capitães-Tenentes

40 Primeiros Tenentes
15 Segundos Tenentes

Janeiro de 1959

6 Capitães de Corveta
22 Capitães-Tenentes
40 Primeiros Tenentes
15 Segundos Tenentes

Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais

(Vetado) 1958

1 Capitão de Corveta
2 Capitães-Tenentes
4 Primeiros Tenentes
6 Segundos Tenentes

Janeiro de 1959

1 Capitão de Corveta
2 Capitães-Tenentes
4 Primeiros Tenentes
6 Segundos Tenentes

§ 1º ... VETADO...
§ 2º O preenchimento das vagas, em janeiro de 1959, far-se-á de acordo com as quotas de merecimento e antiguidade previstas no Regulamento de Promoções em vigor.
§ 3º Os oficiais agregados e que forem promovidos na forma do parágrafo anterior, deixarão essa situa-

ção e passarão a ocupar o número que lhes couber na escala respectiva, desde que estejam em função de caráter militar.

Art. 3º Continuam em vigor as disposições do art. 5º e seus §§ 1º, 2º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

Art. 4º O ingresso nos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha far-se-á no posto de Primeiro Tenente.

Art. 5º Os atuais Segundos Tenentes dos Quadros de Cirurgiões Dentistas e Farmacêuticos, em virtude da presente lei, serão promovidos ao posto de Primeiros Tenentes, independente de interstício e vagas. E contarão antiguidade de acordo com a Lei nº 2.999, de 11 de dezembro de 1956, sem direito a vencimentos e vantagens atrasados.

Art. 6º ... VETADO...

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1958; 137ª da Independência e 70ª da República. — Juscelino Kubitschek; Antônio Alves Câmara.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.300 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1963

Eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O efetivo do posto de Almirante-de-Esquadra do Corpo da Armada é fixado em quatro.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1963; 142ª da Independência e 75ª da República. — João Goulart; Sylvio Borges de Souza Motta.

SENADO FEDERAL

ATA DA 145ª SESSÃO, EM 2 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Cattete Pinheiro
Moura Palha
Menezes Pimentel
Leandro Maciel
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Aurélio Vianna
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Renato Silva
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Cattete Pinheiro) A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Há número regimental, declarou aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de projetos de lei sancionados: (de 29 de setembro de 1967)

Nº 493-67 (nº de origem 649-67) — Projeto de Lei da Câmara número

341-B-67 e nº 83-67, no Senado que autoriza o Poder Executivo a doar material e equipamentos a entidades públicas e privadas que mencionam e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.319, de 29 de setembro de 1967) e

Nº 494-67 (nº de origem 653-67) — Projeto de lei nº 2.536-B-65 na Câmara e nº 22-65 do Senado, que dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União, no caso e pela forma que especifica (Projeto que se transformou na Lei nº 5.320, de 29 de setembro de 1967.)

RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro da Agricultura — (Avisos de 27-9-67):

Nº 61-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 267, de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 62-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 229, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Nº 63-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 268, de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 64-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 321, de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 73-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 410 de 1967 do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

Nº 74-AP-Br — com referência ao Requerimento nº 427, de 1967, do Senhor Senador Vasconcelos Torres

II — Do Ministro do Interior — (Aviso de 27-9-67):

Nº 245-BSB-67 — com referência ao Requerimento nº 329-67, do Senhor Senador Raul Guberli

III — Do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil — (Aviso de 29-9-67):

Nº 740-SAP-67 — com referência ao Requerimento nº 729-67 do Sr. Senador Júlio Leite.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

1 — Comunicação de pronunciamiento da Câmara dos Deputados sobre Projeto de Lei do Senado remetido a sanção:

Nº 3.292, de 28.9.67 — com referência à aprovação do Projeto de Lei nº 15-67, no Senado e nº 524-67, na Câmara, que dispõe sobre as comemorações do centenário de Nilo Peçanha, e dá outras providências. Projeto remetido à sanção na mesma data.

2 — Comunicação de pronunciamiento da Câmara dos Deputados sobre emenda do Senado e remessa de Projeto a sanção:

Nº 3.293, de 28.9.67 — com referência à rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 89-67, no Senado e nº 392-D-67, na Câmara, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de federalizados por leis especiais. Projeto remetido à sanção na mesma data.

3 — Comunicação de pronunciamiento da Câmara dos Deputados referente ao Projeto de Orçamento:

Of. 3.318, de 27.9.67 — comunicando a aprovação de Anexos e Subanexos, sem emendas do Projeto nº 500-B-67, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968.

OFÍCIO

Nº 3.264, do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, de 1967

(Nº 455-B, DE 1967, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será concedida a isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados e da taxa de despacho aduaneiro, nas condições estabelecidas nesta Lei, à importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos com os respectivos acessórios, sobresselentes e ferramentas sem similar nacional destinados especificamente à construção, execução de obras e instalações relacionadas com a produção e transmissão de energia elétrica ou nuclear, construção de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos,

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Nº 500-B, na Casa de origem)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1968, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, e elaborado de acordo com a Seção VI do Capítulo VI do Título I da Constituição do Brasil, estima a Receita em NCr\$ 13.590.786.118,00 (treze bilhões, quinhentos e noventa milhões, setecentos e oitenta e seis mil cento e dezoto cruzéiros novos), e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º Será a Receita realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras Receitas Correntes e de Capital,

serviços de hidráulica e serviços de comunicação de amplitude nacional.

§ 1º — Para a concessão do estímulo, será exigida a apresentação de comprovante de existência do projeto aprovado ou a apresentação de contrato com o Poder Público, empresas públicas, sociedade de economia mista e empresas concessionárias ou permissionárias.

§ 2º — O direito à isenção prevista neste artigo será declarado pelo Ministro da Fazenda em cada caso específico, através de ato fundamentado, ouvido o Conselho de Política Aduaneira.

Art. 2º — A isenção dos tributos, inclusive a taxa de despacho aduaneiro, prevista no artigo 18 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, fica estendida às sociedades de economia mista e às entidades públicas que produzam ou transmitam ou distribuam energia elétrica.

Art. 3º — A isenção prevista nesta Lei abrange os bens desembarcados nas Alfândegas mediante termo de responsabilidade, na forma do art. 42 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Nº 3.318, de 27 do corrente, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

Brasília, em 27 de setembro de 1967

Ofício nº 3.318

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para conhecimento do Senado Federal, que esta Casa aprovou os seguintes Anexos e Subanexos, sem emendas, do Projeto ... 500-B, de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968:

Anexo 1 — Receita

Anexo 3 — Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares

Subanexo 01 — Câmara dos Deputados

02 — Senado Federal

03 — Tribunal de Contas da União

Anexo 4 — Poder Executivo

Subanexo 13 — Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Preveleço-me do ensejo para relatar a Vossa Excelência os protestos da minha elevada estima e distinta consideração. — Deputado Henrique de La Rocque, 1º Secretário.

Nº 3.319, de 30 de setembro de 1967, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 na parte relativa aos seguintes Anexos e Subanexos:

na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

NCr\$

1 — RECEITA DO TESOUREO

1.1 — RECEITAS CORRENTES	10.494.959.678
Receita Tributária	10.002.768.231
Receita Patrimonial	47.404.000
Receita Industrial	117.344.655
Receitas Diversas	327.433.212
Transferências Correntes	580

1.2 — RECEITA DE CAPITAL	602.692.601
Total	11.097.643.279

2 — RECEITA DOS ORGAOS DE ADMINISTRACAO INDIRETA (exclusive transferencias do Tesouro)

2.1 — RECEITAS CORRENTES	1.249.408.839
2.2 — RECEITAS DE CAPITAL	1.243.734.030
Total	2.493.142.839

Total Geral

Art. 3º A Receita da União é revigorada e cobrada, segundo os textos legais, enumerados na Constituição Federal, na legislação da Receita, na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1956, e na legislação complementar.

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação constante do Anexo 2, que apresenta a programação setorial do Governo, e dos Anexos 3 a 5, que detalham a composição da despesa pelos Poderes da União.

NCr\$

2 — POR PROGRAMAS

110 — Administração	1.482.779.362
130 — Agropecuária	350.124.385
150 — Assistência e Previdência	1.161.714.117
170 — Colonização e Reforma Agrária	57.872.668
180 — Comércio	13.251.039
210 — Comunicações	342.365.000
230 — Defesa e Segurança	1.712.684.424
250 — Educação	855.280.308
270 — Energia	352.960.126
290 — Habitação e Planejamento Urbano	139.153.449
310 — Indústria	417.515.505
330 — Política Exterior	120.843.312
350 — Saúde e Saneamento	508.599.640
370 — Transporte	2.039.561.773
390 — Recursos Naturais	21.939.171
410 — Programação a cargo dos Estados e Municípios	1.521.000.000
430 — Programação a cargo dos Órgãos da Administração Indireta	2.493.142.839
Total	13.590.786.118

3 — PODER LEGISLATIVO E ORGAOS AUXILIARES ..

01 — Câmara dos Deputados	85.701.000
02 — Senado Federal	42.955.000
03 — Tribunal de Contas da União	13.001.955

4 — PODER JUDICIARIO ..

01 — Supremo Tribunal Federal	8.750.000
02 — Tribunal Federal de Recursos	11.554.000
03 — Justiça Militar	12.374.760
04 — Justiça Eleitoral	39.555.480
05 — Justiça do Trabalho	54.543.200
06 — Justiça Federal	5.970.000
07 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	9.634.500

5 — PODER EXECUTIVO

01 — Presidência da República	158.848.436
02 — Ministério da Aeronáutica	631.151.818
03 — Ministério da Agricultura	300.456.901
04 — Ministério das Comunicações	328.666.000
05 — Ministério da Educação e Cultura	859.427.890
06 — Ministério do Exército	1.090.431.000
07 — Ministério da Fazenda	2.426.937.131
08 — Ministério da Indústria e do Comércio	20.323.969
09 — Ministério do Interior	618.966.439
10 — Ministério da Justiça	100.241.500
11 — Ministério da Marinha	532.589.077
12 — Ministério das Minas e Energia	713.278.177
13 — Ministério das Relações Exteriores	134.543.152
14 — Ministério da Saúde	300.918.817
15 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	130.166.677
16 — Ministério dos Transportes	1.862.656.400

DESPEAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

INDIRETA (recursos próprios) 2.493.142 P39
Total 13.500.795.118

Art. 5º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta.

Art. 6º As unidades orçamentárias da Administração Direta organizarão, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta lei, quadros de detalhamento dos projetos e atividades segundo o esquema de despesa, os quais deverão ser publicados, obrigatoriamente, no *Diário Oficial*.

Parágrafo único. Se necessário, os quadros referidos neste artigo poderão ser alterados, até 31 de outubro de 1968, respeitados os limites máximos para cada elemento de despesa.

Art. 7º O Poder Executivo encaminhará, semestralmente, ao Congresso Nacional, balancete da receita e despesa orçamentária, indicando os recursos liberados segundo programas, subprogramas, projetos ou atividades.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, a fim de se obter, na execução, o equilíbrio orçamentário preconizado pela Constituição Federal.

Art. 9º O Balanço Geral da União apresentará a despesa orçamentária discriminada por projetos e atividades e por elementos de despesa conforme os quadros orçamentários e a legislação complementar.

Art. 10. Fica o Tesouro Nacional autorizado a realizar operações de crédito, mediante colocação de Letras e outros títulos de sua responsabilidade até o limite de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros novos) para realização do equilíbrio orçamentário nos termos dos itens I e II do art. 63 da Constituição do Brasil.

Parágrafo único. Inclui-se, no montante autorizado neste artigo, a colocação dos títulos referidos junto ao Banco Central do Brasil, de acordo com o que preceituam os §§ 1º e 2º do art. 49 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, bem como o § 2º do art. 7º do Decreto-lei nº 96, de 30 de dezembro de 1966.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no decorrer do exercício de 1968, até o limite de 10% (dez por cento) da receita tributária, na forma dos arts. 7º e 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a realizar operação de crédito nos termos do art. 69 da Constituição.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Os anexos serão publicados em Suplemento à presente edição

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 22, DE 1967

Em 29 de outubro de 1967)

Comunicação de Eleição e Possê:

+ do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento;

Diversos Assuntos:

+ dos Serviços de Informação Cultural do Rio de Janeiro, G.B., encaminhando cópia de artigo do escritor Adonias Filho;

+ da Câmara Municipal de Cordeópolis, SP, manifestando-se contrária à qualquer alteração no imposto de circulação de mercadorias;

+ do Diretor Presidente da Light Serviços de Eletricidade S. A. comunicando a incorporação na forma do artigo 152 do Decreto-lei número 3.627, de setembro de 1940 de diversas empresas concessionárias de serviços públicos de produção, de transmissão e distribuição de energia elétrica;

+ do Coordenador do Conselho Estadual de Desenvolvimento de Juiz de Fora, MG, solicitando endereço dos Srs. Senadores para remessa de levantamento sócio econômico daquela região.

+ do Prefeito Municipal de Pato Branco, PR, manifestando-se favorável ao projeto que dispõe sobre a criação do fundo estadual de participação direta dos municípios na arrecadação dos impostos de circulação de mercadorias;

+ da Câmara Municipal de Carazinho, RS, protestando contra a invasão nas águas territoriais por pesqueiros soviéticos;

+ da Câmara Municipal de Caxias do Sul, RS, fazendo apelo no sentido da aposentadoria voluntária aos 30 anos de serviço

O SR. PRESIDENTE.

(Cattete Pinheiro) — A Presidência recebeu hoje Mensagem do Presidente da República, sob nº 647, de 28 de setembro de 1967, encaminhando Projeto de Lei para tramitação na forma estabelecida no art. 54, § 3º da Constituição.

Trata-se de projeto que dispõe sobre a admissão ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra e revoga dispositivos da Lei nº 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

Há oradores inscritos
Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa vem noticiando reiteradamente, e sem ressalva por parte do Governo, que se prepara, nas forjas do Poder Executivo, um estranho "estatuto dos cassados." A notícia ganhou curso depois que se desdobraram os atos positivos de formação do movimento popular e nacionalista a que se denominou "Frente Ampla". Aumentou, sobretudo, a publicidade depois também que a imprensa veiculou que, segundo observações que teria colhido o Governo, o Supremo Tribunal Federal, qualquer que fosse a decisão final no caso concreto do processo de Sr. Hélio Fernandes, não reconheceria a sobrevivência dos atos institucionais e complementares.

Como que tângido pelo pavor da legalidade, o Governo deixou correr, sem o seu protesto ou sem a ressalva que deve à opinião pública a notícia de que se pretende elaborar um "estatuto dos cassados", com fundamento nos atos institucionais e complementares. Não se anuncia que o objetivo governamental seja preparar uma lei disciplinadora dos preceitos constitucionais sobre os efeitos resultantes da suspensão de direitos po-

líticos. Nos limites em que lei dessa natureza visa a complementar a Constituição, seria legítima. É verdade que a Constituição, no particular da suspensão de direitos políticos, é tão clara, que os seus preceitos são, por assim dizer, autoexecutáveis. Não rigorosamente o que desdobrar, ou complementar em instrumento comum. Se, porém, o propósito oficial for pormenorizar, numa lei adequada, o regime previsto na Constituição, o procedimento legislativo equivalerá ao que comumente se adota em situações semelhantes.

Pelo que se noticia, porém, não é disso que se trata. O que pretende o Governo não é uma lei complementar da Constituição. É um "estatuto dos cassados" com fundamento no Ato Institucional nº 2 e no Ato Complementar nº 1.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — É um prazer ouvir V. Exa.

O Sr. Filinto Müller — Não gostaria de interromper V. Exa., mas não quero perder a oportunidade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — É sempre um prazer a intervenção de Vossa Excelência.

O Sr. Filinto Müller — Perguntaria a V. Exa.: baseado em que V. Exa. afirma que é intenção do Governo fazer isso?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Todo o noticiário da imprensa o diz, sem uma contestação até aqui, nobre Senador Filinto Müller.

O Sr. Filinto Müller — Eminentíssimo Senador Josaphat Marinho, o Governo não pode estar a contestar, todos os dias, os vários noticiários da imprensa. Se o Governo julgar acertado, como disse Vossa Excelência, desdobrar as disposições constitucionais através de projeto de lei, esse projeto virá ao Congresso e Vossa Excelência, nessa oportunidade, poderá verificar qual a intenção do Governo: se é basear-se no Ato Institucional nº 2 — o que absolutamente não acredito — ou se é simplesmente complementar o que está dito na Constituição sobre os direitos dos políticos cassados. Faço essa observação porque tenho lido, também, esse noticiário. Evidentemente que a imprensa o colhe no meio político, mas quase poderia desafiar toda imprensa para que dissesse se obteve essa notícia de fontes oficiais do Palácio do Planalto ou não. E diria a V. Exa. que essa notícia não pode ter sido colhida em fontes oficiais. Esta a observação que desejava inserir no discurso de V. Exa., lamentando interrompê-lo, para pedir a atenção de V. Exa. para esse aspecto, porque nada há que justifique atribuir-se ao Governo essa intenção.

O Sr. Josaphat Marinho — Senhor Presidente, como disse, é sempre um prazer ouvir a intervenção do nobre Senador Filinto Müller. No caso, foi mais do que um prazer, foi útil ouvi-lo.

Como não faço a crítica pela crítica, mas a crítica em razão dos interesses nacionais e na preservação dos interesses dos cidadãos, quero declarar ao eminente Senador Filinto Müller que deixarei, precisamente neste instante, a tribuna, se Sua Excelência nos garantir que, se o Governo pretender elaborar uma lei sobre a situação dos cassados, só o fará invocando a Constituição e mediante projeto de lei remetido ao Poder Legislativo.

O Sr. Filinto Müller — O desafio de V. Exa. é muito interessante, mas não sou Líder do Governo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não é desafio. É tamanha a crença que tenho na sua palavra, que

deixarei a tribuna se V. Exa. nos assegurar isso.

O Sr. Filinto Müller — Muito obrigado a V. Exa. Mas, o que quero afirmar é que, da mesma maneira que V. Exa. atribui ao noticiário um fundo de verdade e estranha o governo não o haja desmentido, eu faço raciocínio inverso. O governo não pode estar desmentindo tudo quanto se noticia e creio e admito que não tenha partido de nenhum órgão governamental de responsabilidade de qualquer alusão ao "Estatuto dos Cassados", nos termos em que V. Exa. colocou a sua dúvida ou a sua preocupação. V. Exa. há de convir, nobre Senador Josaphat Marinho, que temos, nas hostes do governo, na composição ministerial, nas assessorias pessoas de alto valor jurídico. E essas pessoas, se alguém por acaso tivesse a idéia de sugerir um estatuto baseado no Ato Institucional número 2, esses mestres da ciência jurídica certamente que alertariam o Presidente para a circunstância de não poder ser encaminhado ao Congresso projeto de lei nessas condições. Não posso afirmar a V. Exa. porque, como disse, não sou Líder do Governo, não tenho contatos com o Presidente da República em matéria política, mas, se tivesse a certeza, se fosse avisado antes do discurso de V. Exa., eu teria feito indagação nesse sentido ao Presidente, para estar em condições de tranquilizar o espírito de Vossa Excelência. De qualquer maneira, nobre Senador Josaphat Marinho, sua crítica, sempre construtiva e elevada, é útil e benéfica não somente para o Senado como para toda a Nação. Assim, vamos ouvi-la, com muito prazer.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Louvo, Sr. Presidente, a correção e a prudência do nobre Senador Filinto Müller.

Mantenho, porém, a expectativa — que deve ser a expectativa não só do Senado Federal como de toda a Nação — de que S. Exa. ou um dos líderes do Governo, nesta ou na outra Casa do Congresso Nacional, haja de trazer a palavra de tranquilidade à Nação, e o quanto antes, no sentido de que o Poder Executivo não cogite de elaborar "estatuto dos cassados", e com fundamento em atos institucionais e complementares, varridos já do quadro do direito positivo pela própria Constituição revolucionária.

Desde que, porém, não se assegure, neste instante, que tal não ocorra, meu dever é perseverar na crítica, para provocar a definição de atitude do Governo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Digo e repito que sempre homenageei a sua aplaudida biblioteca jurídico-constitucional. Mas V. Exa. faz uma afirmativa que não me parece eivada da melhor interpretação quando diz que os atos institucionais e os atos complementares foram definitivamente varridos da sistemática político-constitucional do País. Não foi esse o entendimento do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, quando julgou o *habeas corpus* que foi impetrado pelo Senhor Hélio Fernandes. Aquela Alta Corte da Justiça brasileira decidiu que aquelas normas, no que diz respeito aos cassados e aos proscritos, continuam com sua validade. O *habeas corpus* foi concedido no ângulo de mérito, mas entenderam os Senhores Ministros que, na parte técnica, isto é, no balizamento da medida, o Ministro da Justiça não agiu desarrazoadamente. Era este o aparte que devia dar a V. Exa., voltando a render a sinceridade de minhas homenagens à sua cultura jurídica que, neste particular, está sendo

erodida pelo interesse político no momento, na sustentação da sua tese.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, por maior que seja a satisfação de ouvir o nobre Senador Eurico Rezende, o seu aparte, neste instante, não tranqüiliza: assusta a Nação. O que se verifica, ou se surpreende nas dobras de sua intervenção, é a hipótese de ser baixado um ato para os cassados, baseado nas medidas discricionárias do Governo passado.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência se engana!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pouco importa a invocação a um julgado.

O Sr. Eurico Rezende — Mas eu pediria que V. Exa. contestasse, primeiro, o meu aparte. Isso seria um outro assunto!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pouco importa a invocação de um julgado, que não faz jurisprudência, não só pelas condições de ser um só, como porque submetido ao crivo do Supremo Tribunal Federal. Além disso, trata-se de um julgado que, pela forma em que foi proferido, não transmite segurança a ninguém, e, ainda, menos ao Poder Executivo, para não se louvar, porque decisão proferida por cinco contra seis votos, o que, basta para demonstrar a enorme divergência que orientou o pensamento dos ilustres Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

Mas, Sr. Presidente, não quero, neste instante, discutir a decisão do Tribunal Federal de Recursos.

O Sr. Eurico Rezende — Perdão! V. Exa. fez uma afirmativa!

O SR. JOSAPHAT MARINHO —

O aresto está submetido ao reexame do Supremo Tribunal Federal. O que eu desejaria ouvir do nobre vice-líder do Governo era palavra de segurança, para a Nação, de que o que disse o Presidente Castello Branco, para pedir uma nova Constituição, e o que já asseverou o atual Presidente, na vigência desta Constituição, valem como expressões de convicção e de procedimento de caráter permanente, e não meramente circunstancial.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. deseja desdobrar o debate?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não, dentro da tese que estou sustentando. A minha indagação fundamental, e que me fará deixar a tribuna é esta: se o Governo não pretende baixar "estatuto dos cassados", baseado nos atos institucionais, não há crítica que fazer, mas louvor que salientar.

O Sr. Eurico Rezende — Tratando-se de um debate, V. Exa. não pode estabelecer uma agenda para mim...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Se o discurso é meu, cabe-me traçar a diretriz.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. fez uma afirmativa no sentido de que aquelas normas foram plenamente, definitivamente varridas do sistema constitucional brasileiro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. sustenta o contrário?

O Sr. Eurico Rezende — Eu respondi pela boca alheia de um microfone insuspeito, que é o microfone do Egrégio Tribunal Federal de Recursos. Por enquanto, V. Exa. perdeu, pelo menos no primeiro "round". pode ganhar nos subsequentes. O fato é que há uma decisão insuspeita, porque do Poder Judiciário, contraditando a afirmativa de V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, vou contraditar o nobre Senador Eurico Rezende e, com ele, o Tribunal Federal de Recursos,

com a palavra do Presidente Castello Branco. Fê-lo-ei, depois, com a palavra do Sr. Presidente Costa e Silva e, ao mesmo tempo, com o texto da Constituição votada. Porque de duas, uma: ou esta Nação reingressou no leito da Constituição, no império da legalidade, ou nele não ingressou. Se ingressou, as medidas excepcionais não prevalecem, porque seria ofensa à própria cultura jurídica do País admiti-lo. Se não entrou, então a situação é diferente. Falemos a linguagem clara, não digamos que o País se encontra em regime constitucional. Tenhamos a firmeza de proclamar que subsiste o regime discricionário.

Não é possível pretender estabelecer a convivência ou a existência simultânea do regime constitucional, inteiramente traduzido numa Constituição nova, e a manutenção de atos discricionários baixados, por seus fundamentos e por sua natureza, para uma fase de transição.

Mas que esses atos foram varridos, dizem-no as palavras com que o Presidente Castello Branco pediu ao Congresso Nacional que votasse uma nova Constituição. Na mensagem com que encaminhou o projeto de constituição, o Presidente Castello Branco assinou:

"A continuidade da obra revolucionária deverá ficar assegurada por uma nova Constituição que, a par da unidade e harmonia, represente a institucionalização dos ideais e princípios que a inspiraram".

E adiante:

"A experiência revolucionária se traduziu no texto de forma capaz de assegurar a sua continuidade e consolidação pelo Governo a iniciar-se em 15 de março de 1967".

Ora, se o Governo pretendeu unificar os princípios da Revolução, dar-lhes harmonia, e o fez baseado na própria experiência revolucionária, é porque, com a Constituição elaborada e, afinal, promulgada; consubstanciava-se, num texto único tudo quanto a Revolução havia fixado em normas e diretrizes fundamentais.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Agradeço a V. Exa. a segunda oportunidade que me dá para abordarmos uma outra faceta da tese de V. Exa. O Presidente Castello Branco na Mensagem com que conduziu o projeto de Constituição, segundo V. Exa. acabou de ler, manifestou um propósito: a continuidade da obra revolucionária. Essa continuidade está assegurada no texto permanente da Constituição e no texto transitório. No texto transitório, — o que importa no momento — o comando revolucionário do País estabelece, dentro da melhor interpretação, que continuam sobrevivendo os efeitos e as normas decretadas com relação aos cassados e aos proscritos, porque, se não se interpretasse assim, teríamos que interpretar no sentido de que, a 15 de março cessaram as proscricções de direitos políticos. Este entendimento não têm nem os cassados e os proscritos. Então se o primeiro artigo das Disposições Gerais e Transitórias assegura a manutenção da validade de situações anteriores, entre elas as dos cassados e dos proscritos, temos que interpretar a continuidade da obra revolucionária. Não há contradição alguma entre o que declarou ao Congresso o saudoso Presidente Castello Branco e o que ficou na Constituição.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não é verdade, Sr. Presidente, como está sustentando o nobre Senador Eurico Rezende, que a Constituição haja

consagrado, explicita ou implicitamente, as normas dos atos institucionais e complementares, para que estes, como tais subsistam.

O Sr. Eurico Rezende — Com relação aos proscritos e cassados.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Os atos a que se refere mas disposições gerais transitórias não outros.

As Disposições Transitórias da Constituição em seu Art. 173, apenas declaram aprovados os atos, inclusive os de natureza legislativa, e determinadas resoluções de assembleias estaduais baixadas com fundamento nos atos institucionais e complementares. Quer dizer: foram mandados certos efeitos de atos baixados, inclusive atos de natureza legislativa, com fundamentos nos atos institucionais e complementares. Não há porém, nem no corpo das disposições permanentes, nem no das disposições transitórias, uma regra, mas uma só regra, explícita ou implicitamente, consagre a sobrevivência dos atos institucionais e complementares.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — Foi uma pena V. Exa. não ter feito esse discurso antes das eleições de novembro do ano passado, porque os próprios cassados e proscritos interpretaram a questão de um modo inteiramente diverso. E se V. Exa. perguntar a um cassado ou a um proscrito se eles poderiam se candidatar às eleições municipais do ano que vem, ele responderá que não. Eu aceitaria a sua tese, se V. Exa. defendesse também outra: a de que, a 15 de março, cessou a situação dos cassados e dos proscritos. Mas não. O decênio de proscricção está vigente e os próprios proscritos e cassados aceitaram a situação. E não é só os proscritos e cassados; não a própria honrada Oposição brasileira quando sustenta a necessidade da anistia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Esta tese V. Exa. não precisa sustentar, ela não entra em conflito com o que estou sustentando. Eu não cometera a levandade ou a ignorância de sustentar, desta tribuna, que não estão em vigor os atos de suspensão dos direitos políticos de quantos cidadãos brasileiros tenham sido alcançados pela violência da revolução. O que estou sustentando é outra coisa. Estou sustentando que os atos institucionais e complementares cessaram de vigorar, os primeiros porque, no seu próprio texto, foi estabelecido o prazo fatal de sua vigência, sendo que o de número 2 para desaparecer, sem possibilidade de ampliação, a 15 de março de 1967. O outro já era caduco. Os segundos porque simples desdobramento daqueles.

Pois bem: o que se fez na Constituição foi ressaltar esses atos que produziram efeitos baseados nos atos institucionais e complementares. Os efeitos dos atos baixados com fundamento nos atos institucionais e complementares não estão sendo aqui debatidos. A suspensão dos direitos políticos é válida.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. chegou onde eu queria.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Foi estabelecida por 10 anos. Certo. Mas há medidas que se consubstanciavam nos próprios atos institucionais e complementares — esta é a tese — e que já não podem ser invocadas, nem revividos, porque foram soterradas pela própria Constituição revolucionária.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permite V. Exa. que eu conclua, primeiro, a sustentação desta tese.

Nem poderia ser diversamente. Só se a Constituição, por uma norma transitória, houvesse expressamente ressaltado o vigor — note-se bem, o vigor — dos atos institucionais e

complementares, por determinado prazo, é que seria lícito ainda invocá-los para sobrepor os às normas permanentes, constantes da Constituição de 1967. Se a Constituição não fez essa ressalva, as exceções únicas previstas são quanto aquelas medidas, inclusive de caráter legislativo, que foram baixadas com fundamento nos atos institucionais, mas apenas de reconhecer que sobreviveram certas consequências, ou determinados efeitos dos atos com fundamentos neles praticados.

V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Eurico Rezende — Agora parece que conseguimos enxugar o assunto...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Que V. Exa. havia molhado.

O Sr. Eurico Rezende — ... e podemos voltar às especificações do seu discurso, ao objetivo central da tese. V. Exa. reconhece, então, que os efeitos de cassação e proscricção...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O ato da suspensão é um efeito do Ato Institucional. Não amplia V. Exa., por obscuro, o meu entendimento.

O Sr. Eurico Rezende — Fico satisfeito com os suprimidos culturais de V. Exa. ...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Fique satisfeito com as minhas cartelas, que vieram a defender diretos alheios!

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. é um pesquisador de fantasmas!...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — É que os fantasmas estão no estabelecimento, enquanto os detentores do poder estão tranqüilos no próprio País.

O Sr. Eurico Rezende — Vambos voltar, agora, ao ponto fundamental do debate.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Peço a V. Exa. que permaneça nesta área.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. reconhece que os atos e os efeitos, ou apenas os atos, ou apenas os efeitos, daquelas medidas revolucionárias, com relação aos cassados e proscritos estão válidos. Deve, então reconhecer que é legítimo o policiamento do Poder Executivo, através dos seus órgãos competentes, no que diz respeito aos cassados e proscritos. Eu chamaria a atenção de V. Exa. para o fato de que o Governo pode, por exemplo, — garantindo a V. Exa. que não irei suspender o seu fascinante direito oratório — falando em tese, porque, como o Senador Filinto Müller, não sei se está na cogitação do Governo a elaboração do "estatuto dos cassados". Mas, falando em tese, o Governo pode perfeitamente, através de um decreto, dispor sobre segurança nacional, não pode? Pode, por exemplo, estabelecer os pressupostos e as hipóteses, dentro dos quais se compreende o que caberá aos cassados e aos proscritos com a violação de regras e normas de segurança nacional. E seria até interessante, Excelência, se o Governo adotasse providências não só para o "estatuto dos cassados". Não temos só cassados; temos os proscritos. Nem todos que foram punidos pela Revolução tinham mandatos. Seria bom, para acabar com essa controvérsia toda, que o Governo estabelecesse o que o cassado e o proscrito podem fazer, o que não podem fazer; o que as autoridades não podem fazer contra os cassados e contra os proscritos, sob pena de cometerem abusos e esbulhos. Seria interessante que o Governo colaborasse com o País para esclarecer a real situação dos cassados e dos proscritos. Volto a dizer que não sei se está sendo gestacionada qualquer medida legislativa, mas a sugestão de V. Exa. não me parece de todo inaceitável.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, os equívocos a que pretendo nos conduzir é o nobre Sena-

por Eurico Rezende, as distorções em que está pretendendo refugiar este debate, indicam que, na verdade, se cogita da elaboração do "estatuto dos cassados", com fundamento nos atos institucionais e complementares!

A única tranquilidade que temos nisso é reconhecermos que há outros eminentes representantes da ARENA que, se puderem, colaboração para que tamanha iniquidade não se pratique contra a cultura e a dignidade do País.

Não é correto assinalar que sobrevivem, na sua amplitude, efeitos de atos institucionais e complementares. O debate parlamentar, por ser político, não dispensa a precisão a clareza, o rigor de raciocínio, pois que não discutimos para servir interesses de grupos mas para preservar os direitos da comunidade nacional.

Os atos institucionais e complementares cessaram de vigorar com a adoção da Constituição. Foi para que eles se unificassem no que coubesse, num novo texto, indicativo do pensamento revolucionário, que se elaborou a Constituição de 1967. Não fôsse esse o propósito e não havia por que o Governo cogitar de substituir a Constituição de 1946 por um texto inteiramente novo. Se fôsse para permitir o concubinato da legitimidade constitucional com o arbítrio discricionário, o Governo manteria o regime de 1946, que já havia sido violentado, em vários de seus princípios, pelas chamadas diretrizes revolucionárias.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Um momento nobre colega, que concederei o aparte a V. Ex.^a.

Mas, no instante em que a própria Revolução pediu um documento integral para harmonizar e unificar os princípios revolucionários, é porque pretendia restaurar o regime de normalidade, de legalidade constitucional, ainda que dentro das linhas de orientação do novo poder.

Seria uma injúria à própria inteligência dos homens que dirigem a Revolução supor que pediram uma Constituição, na unidade de seu sistema, para, em seguida, violentá-la pela manutenção dos atos institucionais, baixados no período discricionário e de transição. E nem podia ser outro o entendimento, quer em face do texto da Constituição, a que já me referi, quer pela ligação universidade de quantos se têm preocupado com a análise de problemas dessa natureza.

Antes que a dúvida fôsse suscitada, recentemente, no País, um jurista do renome de Nelson Hungria escrevia, nos seus "Comentários ao Código Penal", invocando inúmeros autores estrangeiros e nacionais, esta lição admirável: (12)

"As leis temporárias ou excepcionais dispensam, para sua revogação, o advento de uma nova lei. Deixam automaticamente de vigorar com a expiração do prazo, preestabelecido por elas mesmas — (auto-revogação) —, ou com a cessação da situação anormal que as motivou — (condição resolutive ou extintiva)."

Parece que o ensinamento foi escrito para a situação brasileira, porque os atos institucionais que definiram a extinção dos complementares tiveram sua vigência prefixada, fatalmente predefinida: nenhum deles passaria de 15 de março. E ainda mais se harmoniza a lição com a situação brasileira porque tais atos foram baixados precisamente para regular a situação de transição, a fase temporária entre a vitória do movimento revolucionário e o restabelecimento da ordem constitucional que não era um equívoco mas uma promessa das forças vitoriosas

Portm, há mais. Continuando na sua lição Nelson Hungria assevera:

(Lendo)

"Se a lei temporária ou excepcional só foi possível com a suspensão do regime constitucional, não se dá, com o retorno a este, a sobrevivência dos efeitos daquela, pois, de outro modo, estaria criado um meio de burlar continuamente as garantias da Constituição ou de assegurar, paradoxalmente, em indefinido número de casos, um duradouro estado de inconstitucionalidade".

Dir-se-á que, embora essa lição emane de um jurista ilustre, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, coincide, hoje, com o pensamento de um advogado militante.

Então, Sr. Presidente, para evitar suspeita quanto ao alto pronunciamento de S. Exa. ou quanto às modestas considerações que estamos expondo, vale pedir a lição de um ilustre jurista integrante da Aliança Renovadora Nacional. Em março deste ano de 1967, ou melhor, a 22 de março de 1967, — porque vale fixar bem a data — o eminente Senador Afonso Arinos de Mello Franco, falando ao jornal "O Globo", sustentava esta lição, digna para ele, porque plenamente concordante com o pensamento universal da doutrina:

"É um princípio geral de Direito que todas as situações decorrentes de um estado de exceção cessam quando este deixa de existir."

E para documentar sua posição doutrinária perfeita, o ilustre homem público e jurista invoca fato bastante conhecido na vida política brasileira. Refere-se ao estado-de-sítio, para assinalar que, esgotado o prazo de sua vigência, cessam, automaticamente, os seus efeitos.

Podemos acrescentar, quer com relação à Constituição de 1967, quer com relação ao pensamento generalizado, que outra não é a situação que ocorre com a intervenção federal. Cessada a intervenção, cessam os efeitos dela, inclusive pela volta ao poder dos titulares de postos estaduais que deles tinham sido afastados.

Assim se entende porque as normas excepcionais, as regras discricionárias têm interpretação restritiva: somente vigoram na medida em que são expressamente permitidas, ou na proporção em que os fatos inelutáveis da vida social e política impõem sua sobrevivência.

No caso, não foi a Oposição, não foram os adversários do Governo, não foi nenhum "corrupto", nenhum "subversivo" que pleiteou a elaboração de uma nova Constituição, nem permitiu que ela fôsse adotada no País: foi a própria Revolução, foi o poder dominante, pelos seus elementos civis e militares, que o consentiu e o pleiteou.

A Constituição, portanto, passou a ser o limite dos direitos individuais, dos direitos civis e dos direitos civis, a norma, a diretriz, o instrumento único que delimita tais prerrogativas, salvo as exceções limitadas previstas no Art. 173 das Disposições Gerais e Transitórias. Não há mais pena, não há mais medida de segurança, não há sanção alguma que possa ser legitimamente invocada se não encontrar assento, base, sustentação na Constituição de 1967.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência agora me pode dar o aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Eu pediria que V. Exa., então, já que a matéria é nova, me respondesse se os cassados e os proscritos podem exercer atividades políticas, por exemplo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. chegou a tempo! Muito

obrigado e vou ao seu encontro. Pergunta-se, então — e ainda agora o pergunta o nobre Vice-Líder do Governo — se os que tiveram os seus direitos políticos suspensos podem ter atividades políticas: atividades políticas, sim! Atividades partidárias, não! Não faça o nobre Senador Eurico Rezende o ar estranho de quem não admite a diferenciação. Sim. Em matéria de direito só prevalecem as discriminações declaradas, num texto legal ou constitucional, ou, logicamente, decorrente das restrições estabelecidas. Não há restrições presumidas, que possam surgir da divergência de entendimento, do conflito de doutrinas. Só há restrições, em matéria de direitos, quando resultem de norma expressa, ou implícita, mas necessariamente compreendida na regra prescrita.

Não há presunções, não há ficções, porque, Sr. Presidente, acima das divergências momentâneas da vida pública, acima dos interesses dos grupos dominantes há uma prerrogativa que a todo poder cumpre respeitar, visto ser inerente ao homem e à sua dignidade: é o respeito aos seus direitos fundamentais, civis e políticos.

Ora, a Constituição de 1967, como já salientei, manteve os atos, inclusive os de natureza legislativa, baixados com fundamento nos Atos Institucionais e Complementares. Não manteve a Constituição os Atos Institucionais e os Atos Complementares, eles mesmos. Pois bem, a Constituição, que não fez essa ressalva, regula, entretanto, por inteiro, o que concerne à suspensão e à perda dos direitos políticos.

No art. 144 a Constituição estabelece as duas hipóteses em que suspendem os direitos políticos:

- a) por incapacidade civil absoluta;
- b) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos;

E enumera as hipóteses de perda:

- a) nos casos do art. 141;
- b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, à prestação de encargo ou serviço impostos aos brasileiros em geral;
- c) pela aceitação de título nobiliário ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito de cidadania ou dever para com o Estado brasileiro.

Fazendo remissão ao art. 141, cumpre ver que, nos termos desse preceito, se estabelecem as razões de perda da nacionalidade e não de simples suspensão de direito políticos.

Fora daí, que há?

É o disposto no art. 151 da Constituição. Na forma dessa cláusula, poderá ter os seus direitos políticos suspensos — note-se — só os direitos políticos —

"aquêle que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8º, 23, 27 e 28, do artigo anterior e dos direitos políticos..."

A suspensão, como visto, é restrita aos direitos políticos. Mas, ainda aí, a Constituição estabeleceu logo as condições para a suspensão, em tais casos, dos direitos políticos. Estabeleceu que se o indivíduo:

"atentar contra a ordem democrática ou praticar corrupção incorrerá na suspensão destes últimos direitos, (dos direitos políticos) pelo prazo de 2 a 10 anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla defesa".

Não se trata, portanto, de medida vinculada a nenhuma providência discricionária anterior. É uma hipótese

nova, que a Constituição configurou, e para a qual estabeleceu logo os limites necessários para evitar abusos de poder.

Ora, todas as outras normas da Constituição silenciam sobre a matéria. Resta apenas assinalar, por sua importância, o que está no § 1º do art. 144:

"Nos casos do nº II deste artigo (isto é, da perda de direitos, não de suspensão de direitos) nos casos do número II deste artigo a perda de direitos políticos determina a perda de mandato eletivo, cargo ou função pública; e a suspensão dos mesmos direitos (agora a segunda hipótese) nos casos previstos neste artigo, acarreta a suspensão de mandato eletivo, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinaram."

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a permite outro aparte agora?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — A única divergência nossa é que V. Ex.^a se atém ao texto permanente da Constituição e eu me atenho a uma situação especial e à qual a Constituição, nas Disposições Transitórias, dispensa um tratamento especialíssimo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Eu vou até lá.

O Sr. Eurico Rezende — Pediria a V. Ex.^a que falasse sobre os cassados.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vou até lá. O meu propósito é eliminar a dúvida em que V. Ex.^a está persistindo, releve-me, sem convicção.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a disse que os cassados ou proscritos podem exercer atividade política, mas não podem exercer atividade partidária. Então eu perguntaria: quando essa atividade política for para efeito partidário, enquadra-se aí a proibição? Nós estamos falando com base na realidade e o assachamento dos cassados e dos proscritos, assanhamento...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Fique certo V. Ex.^a de que não me tornará nesta tribuna, advogado do diabo.

O Sr. Eurico Rezende — Sei, Excelência. Nós temos que examinar a situação dos cassados e proscritos que tiveram seus direitos políticos suspensos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Ex.^a não pode isolar as normas permanentes das disposições transitórias.

O Sr. Eurico Rezende — Como não posso isolar o assunto, já que foram isolados da vida pública?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Essas disposições transitórias representam, apenas, uma ressalva ao que está permanentemente inscrito na Constituição.

O Sr. Eurico Rezende — Falemos, então, sobre a ressalva, que é o que interessa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O que V. Ex.^a não quer examinar é o que se vê nas disposições permanentes. Desde logo é preciso que se diga a V. Ex.^a que os que tiveram seus direitos políticos suspensos não permanecem sujeitos à indefinição dos Atos Institucionais e Complementares, nem estão submetidos, no seu procedimento, às restrições decorrentes daqueles atos de suspensão.

O Sr. Eurico Rezende — A situação dele é muito boa!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas, dizla, Sr. Presidente e Srs. Senadores, no Art. 144, § 1º, a Consti-

tução, definiu, especificou, enumerou, determinou quais os efeitos da perda de direitos, quais os efeitos da suspensão de direitos.

O Sr. Eurico Rezende — Não tem nada com cassados e proscritos pela punição revolucionária.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vamos para lá, nobre colega, porque se foram cassados, não perderam a condição de cidadãos brasileiros.

O Sr. Eurico Rezende — Isto é outra coisa, outro assunto!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas, dizia, quanto à perda de direitos, a Constituição declara que, decretada a perda dos direitos políticos, o indivíduo sofre a perda de mandato eletivo, cargo ou função pública. Quando o indivíduo é atingido pela suspensão de direitos, a consequência é a suspensão de mandato eletivo, cargo ou função pública, enquanto perdurarem as causas que a determinaram.

A Constituição não estabelece, nas suas disposições permanentes nem nas Transitórias outras medidas, outras restrições, outras limitações para a hipótese de perda ou de suspensão de direitos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite, agora, V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Um momento.

O Sr. Eurico Rezende — Apenas para dizer que, com relação às disposições transitórias, não precisa especificar coisa alguma, porque já houve perda de todos os direitos políticos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas, Sr. Presidente, há uns que não vêm por impossibilidade, e outros, por teimosia, ainda que possam enxergar e na verdade, enxergam muito. Este é o caso do nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex^a não está vendo com teimosia, porque está vendo apenas por oposição.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — S. Ex^a argui com presunção, baseado não no sistema da Constituição ou em qualquer dado, mas na imprecisão e na indefinição dos chamados princípios revolucionários. Estes princípios em verdade, não são nada. Quais são eles? Como precisarmos? Como defini-los? Em que eles se traduzem no corpo da Constituição? Quais os que consagraram? Tudo quanto pudesse ser claramente entendido nessa equívoca revolução, traduzido foi na Constituição. Já li as Disposições Permanentes. Mas vamos às Transitórias, ou melhor, vamos à única Disposição Transitória que persiste o nobre Senador Eurico Rezende para retirar efeitos e consequências que nela não estão, nem expressa nem implicitamente, reconhecidas.

O Sr. Eurico Rezende — Não apoiado!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não pretendia ler o dispositivo, mas vou lê-lo para que o Senado, acompanhando a ordem lógica da disposição, possa verificar com quem está a verdade e com quem está a simples presunção de dizer o que na Constituição não está consubstanciado.

Diz o art. 173:

"Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I — pelo Governo Federal, com base nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1934; nº 2, de 27 de outubro de 1935; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos

Complementares dos mesmos Atos Institucionais;

II — As resoluções das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores, fundados nos referidos Atos Institucionais;

III — os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I;

IV — as correções que, até 27 de outubro de 1965, hajam incidido, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Poderes da República".

Assim, Sr. Presidente, de acordo com esta norma, é evidente: primeiro, que ficaram aprovados e insusceptíveis de apreciação judicial os atos praticados pelo Governo revolucionário, com fundamento nos Atos Institucionais e Complementares, quer dizer: os atos de suspensão dos direitos políticos não podem ser examinados, e foram aprovados. Mas esses atos de suspensão se limitaram a declarar que o Governo revolucionário, com fundamento no Ato Institucional nº 1, ou nº 2, conforme a época, suspendia, por dez anos, os direitos políticos de determinado cidadão. Nada mais se continha na medida de suspensão dos direitos — nem do Sr. João Goulart, nem do Senhor Juscelino Kubitschek, nem do Sr. Jânio Quadros, nem do Sr. Deputado Fernando Santana, nem do Senhor Waldir Pires, nem de qualquer dos cidadãos brasileiros atingidos, dos mais eminentes aos mais modestos. Não houve enunciação de efeitos, a não ser o da suspensão por dez anos. Quais seriam as outras consequências? Quais os outros efeitos? É evidente que isto estaria na dependência da manutenção da legalidade revolucionária ou de sua alteração.

O Sr. Eurico Rezende — Agora permite-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Um momento, porque agora examino o texto.

O Sr. Eurico Rezende — Se não, passa a oportunidade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Segundo: foram aprovadas, e permaneceram insusceptíveis de apreciação judicial, as resoluções das Assembleias Legislativas que cassaram mandatos.

Só. Tão-só é o que diz a Constituição.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex^a agora?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A Constituição não regulou o desdobramento da situação, ou melhor: os Atos Institucionais e Complementares não sobreviveram para regular a situação permanente de quantos tenham tido seus mandatos cassados por Assembleias Legislativas.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me, agora, V. Ex^a?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Deixe-me terminar a análise do dispositivo pelo menos, nobre Senador.

Em terceiro lugar: pela Constituição ficaram aprovados e insusceptíveis de apreciação judicial os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares.

Ainda aqui, a Constituição limitou a sua aprovação: não manteve, não consagrou, não declarou a permanência dos próprios atos institucionais e complementares, mas apenas ressaltou os atos de natureza legislativa com base neles baixados.

Por fim, a Constituição aprovou, com um bill de indenidade, as correções monetárias feitas no País, antes de 1967.

Como se vê, em nenhum dos itens do Art. 173, o legislador da Constituição estabeleceu a sobrevivência dos atos institucionais e complementares ou a permanência das medidas, providências e sanções que estavam inscritas naqueles atos. Essas medidas, essas sanções, essas penalidades não podiam, logicamente, subsistir, desde que cessou a vigência dos atos institucionais e complementares. Ainda não chegamos ao absurdo de admitir que persistem os efeitos de uma lei, para regular atos futuros, depois de cessada sua vigência.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador, não desejo invadir a seara do meu eminente colega Senador Eurico Rezende, mas me permito dar mais um aparte a V. Ex^a. V. Ex^a, dono de uma poderosa inteligência...

O SR. JOSAPHAT MARINHO —

O Sr. Filinto Müller — ... está desenvolvendo uma argumentação fascinante. Mas quero confessar que, apesar de haver acompanhado ou tentado acompanhar, passo a passo, a sua argumentação: com as citações feitas da Constituição, não cheguei a compreender como pode V. Ex^a conciliar a manutenção dos atos revolucionários feita pelo art. 173 das Disposições Transitórias, atos dentre os quais figuram os de suspensão de direitos políticos, com a tese afirmada por V. Ex^a de que os cassados estão na plenitude de seus direitos políticos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não fiz essa afirmativa.

O Sr. Filinto Müller — A Constituição a meu ver, regula nas disposições permanentes, está regulando para o futuro, e estabelece como condição primeira da suspensão do direito político, a perda do mandato, como, da perda de direitos políticos, a perda dos cargos exercidos. Mas no art. 173 das Disposições Transitórias, a Constituição manteve não os atos institucionais e os atos complementares, mas a consequência da suspensão dos direitos políticos. Então, há no Brasil e fora do Brasil, cidadãos brasileiros com os direitos políticos suspensos. E V. Ex^a afirmou que há manutenção de direitos políticos e suspensão de direitos partidários. V. Ex^a estabeleceu duas grandes categorias — a dos que não podem ver e a dos que podem ver, vêm com facilidade e não querem ver. Diante da minha incompreensão, tenho que confessar, forçado, que estou na categoria dos que não podem ver, porque não posso aceitar a tese de V. Ex^a, apesar do brilho de sua argumentação e da poderosa inteligência de V. Ex^a. V. Ex^a fez uma afirmativa que, a meu ver, ainda não provou.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Chegaremos até lá, porque ainda não desdobrei a análise desse ponto.

Permita-me, nobre Senador, fazer-lhe justiça dizendo que V. Ex^a está entre os que vêm, e o acaba de demonstrar. V. Ex^a salientou que a Constituição não manteve os atos institucionais e complementares.

A Constituição, no Art. 173, manteve apenas efeitos de atos baixados com fundamento nos atos institucionais e complementares.

Pois bem, meu nobre colega: no exame dessa matéria há que distinguir a suspensão de direitos políticos em face dos atos institucionais e complementares, e a suspensão de

direitos políticos em face da Constituição.

Os efeitos são diversos. Ao ser declarada a suspensão de direitos políticos dos cidadãos brasileiros, vigoravam as normas dos atos institucionais e complementares. Segundo tais regras, os que tivessem seus direitos políticos suspensos — é o que está no Art. 16 do Ato Institucional nº 2 — "além do disposto no Art. 337 do Código Eleitoral e no Art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos", sofriam, simultaneamente, "a cassação de privilégio de foro por prerrogativa de função; a suspensão do direito de votar e do ser votado nas eleições sindicais; a proibição de atividade ou manifestação sobre assuntos de natureza política; a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política; a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares, domicílio determinado".

O Ato Complementar nº 1, buscando regular a forma de execução dessas sanções, prescreveu em seu Art. 2º, que "as medidas de segurança, previstas no inciso IV do Artigo 16, Ato Institucional nº 2, seriam aplicadas pelo Ministro da Justiça, após investigação sumária pelo Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública".

Então, vê-se que, na vigência dos Atos Institucionais e Complementares, particularmente do Ato Institucional nº 2 e do Ato Complementar nº 1, os atingidos pela suspensão de direitos não estavam submetidos apenas às restrições, nem da Constituição de 1946, nem do Art. 337 do Código Eleitoral, nem do Art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos: estavam igualmente sujeitos às drásticas restrições previstas nesses Atos, medidas que iam até a imposição do domicílio determinado, agora chamado de confinamento.

Ora, o Art. 337 do Código Eleitoral, ainda hoje em vigor, prescreve o seguinte como definição de ato condenável:

"Participar o estrangeiro ou brasileiro que não estiver no gozo de seus direitos políticos de atividades partidárias, inclusive comícios e atos de propaganda em recinto fechado ou abertos".

E o Art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos estipula:

"Somente poderão integrar os quadros dos partidos políticos ou participar de suas atividades os brasileiros no exercício dos direitos políticos".

Logo, há que distinguir as restrições às atividades partidárias expressa e limitativamente previstas na Lei Orgânica dos Partidos e no Código Eleitoral, e aquelas outras restrições, inclusive, a que se refere à proibição de atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política, inscritos nos atos institucionais e complementares. Enquanto as duas leis ordinárias, permanentes, só cuidam de restrições a atividades partidárias, os atos institucionais e complementares, mais amplos, além de uma transição revolucionária, alcançam, além das medidas de segurança, a proibição de atividades ou manifestação sobre assuntos de natureza política.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Um momento, nobre colega, que estou desdobrando um raciocínio.

Esses atos não foram mantidos, não sobrevivem após a Constituição. Consequentemente, é de clareza solar, os cidadãos brasileiros que tiveram seus direitos políticos suspensos ou que

vierem a ter seus direitos políticos suspensos, só estão sujeitos às limitações expressas ou implícitas, previstas na Constituição. Foram mantidos os atos praticados com fundamento nos atos institucionais e complementares, mas não foram mantidas as medidas, as sanções, as penalidades que decorriam da situação de exceção. É por isso que o Constituinte, digo melhor, é por isso que o legislador — pois que Constituinte não foi, em verdade — estabeleceu a manutenção dos atos praticados. Isto é, dos atos de suspensão de direitos políticos por 10 anos. Esses estão mantidos. A forma de disciplinar a situação dos que tiveram os direitos políticos suspensos, as limitações que os atingem, as restrições que os fulminam, são as que passaram a vigorar com o restabelecimento da ordem constitucional, a partir de março de 1967.

Tanto mais há de se entender assim, Sr. Presidente, quanto — permitam-me repetir — é princípio elementar e universal de Direito Público que, em matéria de suspensão de direitos, não prevalecem senão aqueles efeitos que estejam expressamente previstos, ou implicitamente compreendidos nas medidas baixadas.

O que o Governo revolucionário quis foi afastar do quadro da vida partidária determinados cidadãos. E o fez suspendendo-lhes os direitos por 10 anos, para resguardar a autoridade dos atos institucionais. A Constituição fez a ressalva no Art. 173. Mas, como não é possível manter, indefinidamente, o quadro das medidas discricionárias, pois que elas não visam a regular permanentemente uma nação, mas a disciplinar uma situação de exceção e transitória, a Constituição limitou-se a declarar válidos e aprovados os atos não a forma de regular-lhes os efeitos, de definir-lhes as consequências. E que, elaborada uma Constituição sob as inspirações do próprio Governo revolucionário, tudo quanto fôsse necessário para manter a Revolução, para fazer prevalecer o seu espírito sob as diretrizes previstas, foi na Constituição fixado, nas disposições permanentes ou transitórias.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador) — Confesso que o brilhantismo de V. Ex^a adquire sempre e sempre tamanhas proporções que, às vezes, a gente pensa que V. Ex^a tem razão. Mas eu preferia...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Preferia V. Ex^a que os brasileiros tivessem cassada a sua própria cidadania.

O Sr. Eurico Rezende — ... preferia que V. Ex^a não nos ajudasse a interpretar, mas, apenas, ler. As disposições transitórias mantiveram a suspensão de direitos políticos. V. Ex^a, então, responde à nossa indagação afirmando que não houve suspensão de direitos políticos, houve apenas suspensão de direitos partidários. Quando fiz a pergunta, sobre o que a autoridade revolucionária e depois a autoridade constitucional fez, V. Ex^a respondeu: suspendeu os direitos partidários e não suspendeu os direitos políticos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não sei bem se afirmo isso. Creio que não. V. Ex^a vai permitir que esclareça. Não sou um teimoso. Se eu disse que não foram suspensos os direitos políticos, somente o poderia ter feito por equívoco. O que sustento é que foram suspensas as atividades políticas compreendidas no Direito Político, propriamente dito, não as atividades políticas em geral.

O Sr. Eurico Rezende — Acha, então, V. Ex^a que os cassados, os proscritos, mesmo tendo em vista o artigo 173, interpretado por V. Ex^a,

não tiveram suspensas as atividades políticas?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não.

O Sr. Eurico Rezende — É muito difícil, Excelência, com toda a sua cultura e, aí no caso, com toda a sua malícia, estabelecer uma diferença radical entre direito político e atividade política.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vamos, então, à diferença. Não gosto de ficar apenas nas palavras.

O Sr. Eurico Rezende — Entendo que o passa fazer em tese, mas...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Então V. Ex^a já está a concordar.

O Sr. Eurico Rezende — ... parece-me que V. Ex^a ingressou num labirinto e lhe será custoso sair dele, embora, regra geral, depois do túnel, venha a claridade. Mas, quer distinguir, quer separar direitos políticos de atividades políticas, é querer operar milagres.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não há milagre, meu nobre colega — é a interpretação do Direito segundo a doutrina. É para ela que convoco V. Ex^a.

Sr. Presidente, aprendi, desde a faculdade, que o Direito é, mais que nenhuma outra ciência, uma linguagem bem feita. Costumo invocar esse ensinamento que, se não estou em engano, é de Josseland. Numa Constituição, sobretudo, as palavras têm sentido preciso. Elas não alcançam mais nem menos do que querem dizer. As regras legislativas primam pela clareza, pela precisão do estilo. Delas se há de extrair o que, logicamente, é dedutível delas, não o que convenha aos nossos interesses circunstanciais, políticos ou partidários.

Cidadãos brasileiros atingidos pela Revolução tiveram suspensos seus direitos políticos. Na forma da Constituição vigente, que passou a regular a situação desses atingidos, o Artigo 144 define as consequências da suspensão.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex^a não deve falar nesse artigo, e sim no 173. A nossa divergência agora é de ordem, digamos, numérica.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O Art. 173, já disse, manteve os atos de suspensão, não manteve a definição das consequências. E não vou insistir, pois não estou na tribuna para atender ao objetivo obstrucionista do Vice-Líder do Governo. hei de esclarecer o que viso a esclarecer, e não o conveniente aos interesses do Governo.

O Sr. Eurico Rezende — Não. Excelência, estou discutindo tranquilamente o assunto.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Suspenderam-se direitos políticos em atos institucionais. Agora a exposição é da Constituição suspensão de direitos políticos.

O Sr. Eurico Rezende — E atividades políticas não!

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, a doutrina sempre distinguiu quais são os direitos políticos e quais são os direitos dos cidadãos. Pensou o Senador Eurico Rezende que estou na tribuna para formular teses por interesses de facção.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex^a vai-me permitir. Estava debatendo o assunto...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas, Sr. Presidente, procurava fazer a distinção...

O SR. EURICO REZENDE — ... num regime de absoluta isenção, no que diz respeito a esperanças.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não há esperanças, não confunda V. Ex^a energia com esperança.

O Sr. Eurico Rezende — Realmente, cumpro os deveres na minha lealdade até o fim. Quando estou em desacordo com o ponto de vista governamental eu me omito. É um direito ou uma atividade política, como queira V. Ex^a. Entretanto, afirmo que estou debatendo o assunto sem pensar em governo. Estou examinando e interpretando o texto constitucional. Não tenho culpa de que Vossa Excelência, sempre feliz na sua argumentação, esteja sendo mais do que tremendamente infeliz, imensamente irrecognível, quando procura estabelecer diferença entre direito político e atividade política.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A Constituição só se refere a direitos políticos. Não usou se não essa expressão, que foi por igual usada pelos atos institucionais.

Ora, que são direitos políticos? Serão todas as prerrogativas do cidadão no plano do Estado? Envolvem eles todas as garantias de que o indivíduo é titular na sociedade política?

Não, Sr. Presidente! Não o digo eu. Dizem-no os doutores, os teóricos, os competentes. Num primoroso voto, no Supremo Tribunal Federal, a notável figura que foi Edmundo Lima proferiu esta definição:

São direitos políticos os que, pressupondo no indivíduo a qualidade de cidadão, lhe outorgam a participação na vida constitucional do Estado, isto é, na formação e administração do seu Governo, ou na investidura dos seus poderes soberanos.

Quer dizer: suspensos os seus direitos políticos, os atingidos pelos atos discricionários não podem votar, não podem ser votados, não podem integrar as organizações partidárias, não podem pertencer às Assembléias, não podem integrar o Poder Executivo, não podem dirigir uma entidade do Estado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — É o que está nesta definição.

E é assim, Sr. Presidente, porque não é de hoje que se distingue entre direitos do cidadão e direitos políticos. Entre nós, a lição vem, pelo menos, de Rui.

Porque só aos cidadãos brasileiros — disse ele — cabiam os direitos políticos, não se há de concluir, todavia, que direitos políticos e direitos de cidadão brasileiro sejam expressões equivalentes em toda a sua extensão. Os direitos de cidadão são os que "se perdem por naturalização em país estrangeiro", e, inversamente, se adquirem pela naturalização no Brasil.

E, depois de referir-se à condição da mulher, que, naquela época, não tinha direito de voto, e à situação de menor, que não tinha direitos políticos, sendo, entretanto, cidadãos brasileiros, Rui conclui:

"Logo, se todos direitos políticos são reservados aos cidadãos, nem todos os direitos reservados aos cidadãos são direitos políticos".

É precisamente o que ocorre na conjuntura brasileira: os que tiveram os seus direitos políticos suspensos não têm direitos políticos mas têm direitos de cidadão. Os direitos de cidadão são aqueles que se traduzem no privilégio, na prerrogativa de discutir, de opinar de comparecer a atos públicos que não sejam de natureza partidária, de manifestar o seu pensa-

mento sobre problemas sociais, políticos, filosóficos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex^a, agora, outro aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não!

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex^a sabe que a legislação brasileira menciona a figura da simulação. Mas vamos "plantar os pés no chão", isto é, vamos abarcar o realismo. Toda essa discussão foi motivada pela notícia que V. Ex^a leu nos jornais e eu também, apenas li mais cedo, não por ser Vice-Líder do Governo, mas porque acordo mais cedo que V. Ex^a — notícia essa, segundo a qual, o Governo estaria elaborando uma legislação disciplinando a situação dos cassados ou proscritos particular de um movimento que não seja, nominalmente, juridicamente partidário, e fizer pregação de efeito ou de repercussão partidária, não esará usando do recurso da simulação?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Meu nobre colega, V. Ex^a é advogado e jurista! Não se pode responder a essa pergunta de plano. É daquelas hipóteses que só podem ser analisadas quando ocorrerem concretamente. Há atividades políticas que têm repercussão partidária e outras, não.

O Sr. Eurico Rezende — Quando ocorrer, não, Ex^a...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Ex^a fixa uma hipótese, não configura um fato.

O Sr. Eurico Rezende — Isso já está ocorrendo nas ruas. O Padre Antônio Vieira já dizia que "ver bem não é ver tudo, é ver aquilo que os outros não vêem". V. Ex^a ignora que esses problemas já tomou conta, já está caracterizado, traduzido numa atividade pública? Vamos dar nome ao fato? O Sr. Juscelino Kubitschek não está desenvolvendo atividade política para fins partidários? O Sr. João Goulart não está extrapolando a fronteira do seu exílio voluntário para praticar atos e adotar atitudes de efeitos e de repercussão partidária? V. Ex^a acha que o fato não ocorreu?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Ex^a já terminou?

O Sr. Eurico Rezende — Está esperando só o Sr. Jânio Quadros, ou o Sr. Ademar de Barros? O fato já ocorreu. O abuso, nesse caso, a simulação, estão em plena execução, em agressiva operância, é justo que o Governo estude a situação e, se for possível, exequível, constitucionalmente permitida, que se faça uma legislação, não para perseguir quem quer que seja, mas para tornar efetiva a respectiva, efetivamente, pelo, a disposição contida no Art. 173 da Constituição Federal.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Preciso concluir, Sr. Presidente. Não pretendo, no debate, personalizar situações. Estou preocupado em prevenir uma hipótese prejudicial aos créditos culturais e políticos do País, em face do anúncio de um "estatuto de cassados", baseado em Atos Institucionais e Complementares.

Se atividades políticas, legítimas, em face da Constituição e da doutrina, praticadas por elementos que tenham seus direitos políticos suspensos, puderem incidir em atividades partidárias, o Governo apurará, no devido tempo, a situação. Não é possível, porém, presumir-se simulação antecipada à verificação de atos que só por seus efeitos são examináveis.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um complemento ao meu aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Estou concluindo. Preciso terminar minha oração...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a é sempre acessível a partes. O Presidente não chamou ainda a atenção do notável orador.

O Sr. Josaphat Marinho — Sinto que já cansei demasiadamente o Plenário.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a não causou, embora houvesse agitado, em determinados momentos.

O Sr. Filinto Müller — Eu também peçaria ao orador, antes de terminar, me concedesse um aparte.

O Sr. Eurico Rezende — Entendo, Excelência, que podemos discutir o assunto com mais objetividade. V. Ex.^a está fazendo aquilo que chama a defesa da Constituição. Em tese. Concretamente, o que V. Ex.^a deseja, porque está em regime de desconfiança, é que o Governo não adote nenhuma providência de ordem legislativa contra os cassados e os proscritos. Mas devo dizer a V. Ex.^a que a prestação do melhor serviço ao País não está em atender às cautelas de V. Ex.^a, está também em atender às cautelas, por exemplo, do eminente Presidente do MDB, Senador Oscar Passos, quando entende que a junção Juscelino-Jango-Lacerda tem fins subversivos. O Senador Oscar Passos desaconselha o ingresso na Frente porque vê naquele movimento não um movimento contra o Governo mas um movimento contra as instituições.

O Sr. Josaphat Marinho — Não está em debate, neste instante, a posição da Frente Ampla em relação ao MDB.

O Sr. Eurico Rezende — Mas devia estar, Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — ...que, aliás, da forma mais própria e inteligente, reconhece a legitimidade do movimento.

Podem companheiros nossos, legitimamente, não adotar a participação na Frente Ampla, o que nós reconhecemos, no exercício do direito democrático de divergir.

Mas não é disso que se trata.

O Sr. Eurico Rezende — O Senador Oscar Passos vai além.

O Sr. Josaphat Marinho — Nem está em discussão, neste instante, a palavra do eminente Senador Oscar Passos que, ausente deste plenário, por nós não deve ser envolvido no debate.

O que está em jogo é a legitimidade das medidas disciplinares em relação à Constituição. É a ilegitimidade delas que estou pretendendo demonstrar, nas considerações feitas neste plenário.

Com o aparte o nobre Senador Filinto Müller.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador Josaphat Marinho, reservei-me de propósito para dar este aparte quando V. Ex.^a chegasse ao fim da sua brilhante oração. Ao iniciá-la mostrando o receio de que o País viesse a ser surpreendido pela decretação de um "estatuto de cassados", com base nos Atos Institucionais, V. Ex.^a fez uma referência que desejo ressaltar a fim de tranquilizá-lo. V. Ex.^a usou expressão, que me pareceu injusta, ao dizer que o Governo era atingido pelo pavor da legalidade — foram essas, se não me falha a memória, as palavras de V. Ex.^a

O Sr. Josaphat Marinho — Exato.

O Sr. Filinto Müller — Quero afirmar a V. Ex.^a que quando o Governo revolucionário, através daquela mensagem do saudoso Presidente Castelo Branco, da qual V. Ex.^a foi um trecho, quando o Governo revolucionário procurou consolidar numa Constituição as aspirações revolucionárias, o fez com a melhor das intenções, com a maior e mais absoluta sinceridade. Que o adiantar, ainda, a V. Ex.^a que a grande luta do Marechal Costa e Silva, preclari Presidente da República, é exatamente no sentido

de defender a legalidade e de consolidar a democracia no Brasil. Posso afirmar a V. Ex.^a que esta é a preocupação máxima do Sr. Presidente da República: consolidar a democracia e portanto assegurando a plena vigência da legalidade. Assim foi a 31 de março, quando, como chefe do Movimento Revolucionário, poderia, se quisesse, ter-se transformado em ditador; assim foi em 5 de outubro, data muito grave na vida da Revolução no Brasil. Se o Marechal Costa e Silva, naquele momento, quisesse ser ditador, teria sido. E enfrentou até situações difíceis diante de amigos para não ser ditador. Atingindo a Presidência da República através de uma eleição, não seria depois de Presidente da República que iria voltar atrás nos seus propósitos, pondo abaixo a Constituição que jurou defender e transformando-se em ditador. Afirmando a V. Ex.^a neste passo, que a orientação do Presidente da República é consolidar a democracia no Brasil e, portanto, assegurar a vigência da legalidade. E para finalizar de forma amena o meu aparte, quero declarar a V. Ex.^a que registrei, no início do meu discurso, uma definição da Frente Ampla: chamou a Frente Ampla de partido popular e nacionalista.

O Sr. Josaphat Marinho — Movimento popular e nacionalista. Com a devida correção.

O Sr. Filinto Müller — Tive a impressão de que ouvi partido. Mas, sem nenhuma maldade, eu suponho que o movimento popular e nacionalista fosse o MDB. Este o aparte que desejava dar, em tom ameno.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex.^a me permitiu, com a amenidade própria de suas intervenções, uma excelente oportunidade — a de salientar que este caráter nacionalista e popular da Frente Ampla, como do movimento Democrático Brasileiro, são dois movimentos que devem ligar-se a serviço do País, pela restauração da ordem democrática a que V. Ex.^a acaba de referir-se, como um propósito, uma aspiração permanente do Presidente da República. Recentemente porque não estimo as acusações de ódio pessoal e que, na própria tribuna que V. Ex.^a destaca, aqui a Câmara e não ao Presidente da República e que, adversário embora, quero manter a expectativa de que entre efeitos cumprimentos a essas aspirações democráticas que V. Ex.^a diz a ele incutentes e que, em parte, estão traduzidas em documento dele, já como Presidente da República, e ao qual ainda espero fazer referência.

Com o aparte o nobre Senador Marcello de Alencar.

O Sr. Marcello de Alencar — O nobre Senador Eurico Rezende invocou para V. Ex.^a o instituto da simulação. Mas V. Ex.^a já deu a resposta primeira, no sentido de que ela não poderia estar contida num pressuposto não provado, não demonstrado. Esse é um insulto e, realmente, do nosso Código Civil e de daqueles que não tornam qualquer ato nulo. Vale dizer que há uma desconfiança do nobre Senador de que, atrás da Frente, se desenvolve uma atividade partidária de que ela desemboca numa atividade partidária. Mas, como V. Ex.^a já acentuou bem, só, evidentemente, depois que se configurar o fato de uma atividade partidária dos elementos que têm os seus direitos políticos cassados, é que poderia configurar a hipótese em que o Governo tivesse que adotar as medidas que estão na lei. Tudo isto, entretanto, não é importante. O que é importante é a tese de V. Ex.^a, porque, fora da tese de V. Ex.^a, nós teríamos, por mais que seja válido o brocardo *ius pluribus modis dicitur*, que o direito se diz de várias maneiras, nós teríamos, na vida brasileira, uma distinção de brasileiros: para alguns brasileiros se aplicaria um texto constitucional, para outros brasileiros se aplicaria outro texto constitucional. Assim, V. Ex.^a

deixou sem saída, com a sua argumentação, esse problema. Evidentemente, ou existe a Constituição para todos os brasileiros, mesmo para aqueles que perderam os direitos políticos, ou então, chegaremos a ter uma Constituição que distinga entre os brasileiros. Nesse caso, fazem-se leis para uns que não se aplicam a outros. V. Ex.^a deixou, com a segurança de seu talento, demonstrado, de modo inequívoco, que, mesmo aqueles que estejam com seus direitos políticos suspensos, só podem ser susceptibilizados pelos textos da Constituição de 1967. As consequências não de ser buscadas nesses textos e não na lei que já morreu.

O Sr. Josaphat Marinho — Muito obrigado a V. Ex.^a por seu aparte que me faz lembrar aquele conceito de Pontes de Miranda, segundo o qual a Constituição é rasoira que recorta o direito anterior, para que só sobreviva o que com ela for compatível.

Se não estou em equívoco, o nobre Senador Clodomir Milet deseja apartear-me. Ouço-o com prazer.

O Sr. Clodomir Milet — Acompanhei, com atenção, o notável discurso que V. Ex.^a acaba de proferir.

O Sr. Josaphat Marinho — Bondade de V. Ex.^a

O Sr. Clodomir Milet — Devo dizer a V. Ex.^a que estou solidário e de acordo com V. Ex.^a, no que diz respeito à vigência desses atos institucionais e complementares, após o advento da Constituição. Também aceito como válida — e é minha opinião — a interpretação com base no Art. 173 das Disposições Transitorias. Mas, confesso a V. Ex.^a que não cheguei a entender bem quando a diferença entre direitos políticos e atividades políticas, pois, a lição que V. Ex.^a nos queria dar, parece, ficou pelo meio. V. Ex.^a falou em direitos políticos aqui. Vou tornar claro o meu pensamento: no Capítulo II — Dos direitos políticos, a partir do Art. 142, estão expressos ou contidos implicitamente normas a esse respeito: ser eleitor, votar, ser votado, eleger e ser eleito, participar de partidos políticos, de organização partidária e tudo mais. As atividades partidárias seriam aquelas que se referem, exclusivamente, a partidos políticos, e não, com referência à Constituição, no sentido estrito ou particular dessa expressão: atividade política. Na Constituição há o Art. 109, que diz o seguinte:

"É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário:

III — exercer atividade político-partidária".

Então, qual atividade é vedada ao juiz? No que diz respeito aos direitos políticos, apenas ser eleito. Mas se ele continua eleitor, pode eleger, do ponto de vista político. Do ponto de vista partidário não pode ser membro de partido, etc., etc. Já que V. Ex.^a falou nos direitos políticos, queria que V. Ex.^a explicasse, naturalmente, para suprir os parcos conhecimentos que tenho sobre a matéria e para atender ao chamamento do Senador Eurico Rezende, em que ponto se situa que V. Ex.^a compreende como atividade política para separá-lo dos direitos políticos, pois ambos estão entrosados. Gostaria de receber mais essa lição da parte de V. Ex.^a

O Sr. Josaphat Marinho — Lamento que a hora já não me permita alongar-me no debate. Mas tive oportunidade de salientar que é direito político o direito de votar e ser votado, o de integrar uma assembleia política, o de participar do Poder Executivo. É atividade política a ação do indivíduo na propagação de idéias, na defesa de princípios, na integração de um movimento que não tenha caráter partidário. Tanto a distinção existe que V. Ex.^a, arguto le-

dor das leis, embora bacharel não seja, foi buscar o dispositivo que me ajuda na sustentação da tese.

Quando a Constituição quis proibir o exercício de direitos políticos, disse-o limitativamente; quando a Constituição quis abranger, na proibição, a atividade política e partidária, usou a expressão político-partidária, como fez quanto aos juizes. É que os juizes não podem nem integrar partidos nem participar de movimentos de ação, coletiva de qualquer natureza, de propagação de idéias políticas, porque lhes cabe o dever de isenção para a possibilidade do julgamento daquelas hipóteses que incidam na sua competência, para efeito do exercício de direitos políticos ou de atividade política.

Acredito que terei, rapidamente, dado a V. Ex.^a dentro da estreiteza do tempo permitido, melhor compreensão do assunto, sem que, entretanto, me recuse a voltar a este debate, sobretudo se V. Ex.^a me quiser dar a honra de provocá-lo neste plenário.

O Sr. Clodomir Milet — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Josaphat Marinho — Presidente, acredito que, em face da argumentação aqui expendida, demonstrado fica que não subsistem os atos institucionais e complementares, especialmente quanto ao exercício e à disciplina dos direitos individuais e políticos.

Sobrevindo a Constituição, tudo passou a ser por ela constituído, definido e delimitado. As restrições a que estão expostos os cidadãos brasileiros, as que já tiveram os seus direitos políticos suspensos e as que por decisão vierem a tê-los, são as restrições predeterminadas da Constituição, não outras, nem de lei ordinária, nem de atos institucionais e complementares.

E não é possível ampliar essas restrições, por lei ou por decreto-lei, porque não se ampliam restrições de direito, previstas na Constituição. Elas vigoram na medida em que estão expressamente previstas.

O Sr. Clodomir Milet — Permita V. Ex.^a essa pequena interrupção para uma indagação: aceita V. Ex.^a uma lei complementar para regulamentar o dispositivo da Constituição no sentido de que estabeleça as normas?

O Sr. Josaphat Marinho — Sim. Disse, no início do meu discurso: uma lei complementar, votada pelo Congresso, fundada na Constituição, e perfeita. Será uma lei como outra qualquer, semelhante às leis que resultam, direta ou indiretamente, expressa ou implicitamente, da Constituição.

O que não se admitir — e eu disse de início meu nobre colega — é que se cogite de decretar um "estatuto dos cassados" baseado em ato institucional ou complementar.

O Sr. Clodomir Milet — Uma pergunta final. Estão em vigor os artigos 337 do Código Eleitoral e o 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que naturalmente traçam limitações à ação político-partidária dos que tiveram seus direitos políticos suspensos?

O Sr. Josaphat Marinho — Embora essas duas leis sejam anteriores à Constituição, é possível admiti-las, pois que cogitem apenas de limitação de atividades partidárias, que se vinculam, portanto, à suspensão de direitos políticos, porque é pelo exercício de atividades partidárias que os cidadãos concorrem para a formação dos governos e de sua representação.

Mrs. Sr. Presidente, dizia, o de que não é possível cogitar é de estatuto dos cassados e, ainda menos, com fundamento em Ato Institucional e Complementares.

Aliás — e para finalizar — parece que quem repudia por inteiro a tese de invocação dos atos institucionais e complementares, que são atos do poder discricionário — é o Presidente

Arthur da Costa e Silva. No seu pronunciamento, o que denominou "O Primeiro Dever", proferido no dia imediato ao de sua posse, o Presidente Costa e Silva fez estas afirmações:

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Flávio Brito
Milton Trindade
Clodomir Milet
Petrônio Portela
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindenberg
Marcello de Alencar
Gilberto Marinho
José Feliciano
Ney Braga

"O País já dispõe de uma Constituição moderna, viva e adequada".

E acrescentou:

"Restabelecendo o regime político tradicional e, ao mesmo tempo, dotando o Governo dos instrumentos indispensáveis à manutenção da ordem, da tranquilidade e da paz pública, a nova Lei básica afirmou o princípio da autoridade e realizou, sabiamente, a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários".

Mas, para evitar dúvida sobre o justo alcance de suas convicções, já não como Chefe Militar da Revolução, mas, como titular do Poder civil, o Presidente da República aditou:

"A ordem é um pressuposto da liberdade, mas não há ordem sem lei, e a essência do Estado reside no poder de impor a Lei".

Sr. Presidente, as oposições brasileiras não pedem ao Governo senão isto: que imponha a lei, traduzida no instrumento maior, que é a Constituição, que não aprovamos e queremos reformar. Mas enquanto não for revista, todos desejamos que essas palavras, do Presidente, bem impressas no papel, sejam, também, válidas e impressas no comportamento do Governo, para que a desilusão não agrave nossos infortúnios. (Muito to bem. Muito bem.) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

Não há quorum para votação. Ficam, em consequência, adiadas as matérias constantes dos itens 1 a 7, assim como a de nº 8 da Ordem do Dia, pendente de votação de Requerimento.

Há uma única matéria em fase de discussão, que é a constante do item nº 9:

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, embora a matéria sob o nº 6 esteja em fase de votação e não haja quorum, quero antecipar um pedido à Mesa para que providencie a comunicação, ao Plenário, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o assunto, consignando o voto que então profere na mesma Comissão.

Tive em mãos um avulso, dentre os que foram distribuídos na Casa, e verifiquei que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é dado como sendo de 1963. Contém a minha assinatura, sem mais nenhuma de-

claração. Entretanto, sobre este projeto tive ocasião de deixar consignado, na Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto, se não me falha a memória, contrário ao projeto. Mas, ainda que não contrário, com restrições que ficaram explicitamente declaradas no parecer. Não consta isto do avulso distribuído à Casa.

Peço providências à Mesa, para que seja corrigido o engano.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esta Presidência está verificando a omissão que acaba de ser declarada pelo Sr. Aloysio de Carvalho e tomará as medidas necessárias a fim de que seja atendida a solicitação do nobre Senador.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 9º:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 832, de 1967, de autoria do Senador Guido Mondin, pelo qual solicita transcrição do texto da Aula Magna, dada pelo Professor Epilogo Gonçalves de Campos, Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no dia 18 de setembro último, na inauguração da Faculdade de Administração de Empresas no Distrito Federal.

Em discussão.

Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra, darei como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Transferida a votação por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Há ainda oradores inscritos.

Com a palavra o Sr. Senador Moura Palha.

O SR. MOURA PALHA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, objeto dos mais veementemente pronunciamentos debates e protestos, a atual legislação tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1963, tem servido de tese para as mais acirradas conferências de repulsa e condenação.

Evidentemente, a Constituição Federal, ao consagrar a infeliz Emenda, consagrava, como consagrou, por seu turno, solene motivação de calamidade pública, de imprevisíveis e funestas consequências, firmando o desenvolvimento do País, estagnando todas as iniciativas primaríssimas, — a agricultura e extrativismo — esmagando, com todo o peso de suas sequelas, as populações e as áreas subdesenvolvidas do Brasil.

Como bem salientou o eminente Senador Eurico Rezende em memorial aparte, certo dia, o Imposto de Circulação de Mercadorias, sob a sigla de terror — ICM — simboliza um autêntico IPAM, constrangendo o progresso, traumatizando a consciência administrativa daqueles que carregam nesta hora o fardo pesado de governantes.

Promulgada sob o impulso de lamentável acodamento, a legislação que aí está vale como confirmação de que, realmente, a pressa é inimiga da perfeição. Em que pese o propósito honesto dos que a conceberam, a verdade é que, no afã de pô-la de logo em execução, foram descurados os fatores decisivos que se impunham em nome dessa mesma honestidade de propósitos, tais como, a estrutura econômica do País e suas dimensões continentais, gerando, com todos sentem, a ostensiva desigualdade de região para região.

Com a instalação do novo regime ficou marginalizada a autonomia po-

lítico-econômico-financeira que particulariza o federalismo e o municipalismo, atrelando-as à subordinação do sistema de complementação por parte do Governo Federal, com todo o seu rosário de atropelos, desde os eternos déficits do Tesouro Nacional, até a costumeira impontualidade de que é invencível campeão. Assim, além de submetê-las à condição humilhante e vexatória de mendigos, de mãos estendidas, de pires nas mãos, na súplica da esmola, curvadas e pacientes, ou impacientes diante do senhor todo-poderoso, bitóla ao talante do Governo Federal, todas as proposições administrativas. De efeitos terrivelmente danosos para o progresso e desenvolvimento das áreas pobres para transformá-las em pauperíssimas, enredilhando suas populações, fazendo recair toda a tonelagem de seu peso sobre a primeira incidência, a tendência é, num futuro não remoto, acentuar-se cada vez mais a odiosa desigualdade entre as condições econômicas de áreas mais desenvolvidas e menos desenvolvidas.

Como não podia deixar de acontecer, no meu Estado do Pará, o ICM refletiu-se na sua vida municipal em termos de inimigo público nº 1.

Basta citar que a receita do Município que era da ordem de NCr\$ 5.000,00 em 1964, passou para 9 em 1965, para 13 em 1966, tudo indicando que em 1967 atingiria a casa das 18. Desgraciadamente, porém com o advento do famigerado ICM, sobrevio este aterrador resultado: no período de janeiro a agosto de 1966, a Prefeitura arrecadou NCr\$ 8.437.832,00 ao passo que no mesmo período de corrente ano, apenas NCr\$ 6.290.985. — Como se vê, o déficit de NCr\$ 2.146.000, para um Município de condições financeiras desesperadas, veio afetar fundamentalmente toda a previsão orçamentária, ocasionando sem amargura de seu titular, a dispensa de seus funcionários, paralização de obras, fechamento de escolas, atraso nos pagamentos, o caos oficial, o colapso, enfim, da administração.

Mais incisivas, porém, que minhas palavras são as do próprio Prefeito Stênio Marójo no memorial que encaminhara ao último Congresso Nacional dos Municípios, cuja justeza de conceitos, honestidade de apreciação, profundidade de estudos e argumentos merecem melhor divulgação, um autêntico libelo, que me permite a liberdade de ressaltar, como uma das mais avulsas contribuições em favor da imediata reformulação de tão nefasto diploma legal:

Diz S. Excia: "É de importância capital assinalar-se a inadequação do imposto básico do novo sistema, o imposto sobre a circulação de mercadorias (ICM) a uma realidade econômica estruturalmente tão variada. Com efeito, o tributo em apreço, não se adapta de modo algum a um país de estrutura econômica heterogênea e de dimensões como o Brasil. Caracterizando-se pela primeira carga da primeira incidência, é mais do que óbvio que o ICM virá, com o correr do tempo, a acentuar a já insuperável desigualdade entre as condições econômicas das áreas mais desenvolvidas do País com as áreas mais atrasadas. "Memórias do desenvolvimento se afirma pela massa de produção, principalmente produção de artigos industrializados, beneficiando-se, assim, as administrações estaduais e municipal pela arrecadação vultosa de recursos dando o impulso da primeira incidência tributária. Nas outras, que são áreas que exportam matéria prima a preço vil e importam produtos industrializados a alto preço, a maior parcela da renda tributária resultante da incidência sobre tais produtos, escóla-se

para as regiões em que são eles produzidos; de outro lado, as administrações estadual e municipal dessas áreas não aproveitam a carga da primeira incidência do imposto sobre a própria produção, porque esta, quando de origem extrativa ou agrícola, é geralmente constituída de produtos gravosos, e quanto de proveniência industrial, é beneficiada por isenções fiscais. "Deve-se observar que mesmo nas áreas desenvolvidas, o ICM apresenta sério inconveniente, posto que sendo as atividades primárias, — a agricultura e o extrativismo — aquelas que dependem de menores insumos, auferindo insignificantes créditos tributários, passam a ser elas as mais oneradas pelo tributo, em benefício das atividades secundárias (manufaturas) e terciárias (serviços). Delinea-se, desse modo, outro quadro alarmante de desníveis, este exclusivamente no setor privado: a agricultura e a chamada indústria extrativa passam a sofrer maior impacto tributário, provocando o empobrecimento do agricultor e do extrativista e acentuando o atraso das áreas rurais.

"O sistema de complementação pela União, das receitas dos Estados e Municípios, além de retirar destes a autonomia política inerente ao federalismo e municipalismo sadios, comoromete-lhes, de outro lado, a segurança na concepção e execução de seus programas de trabalho, tornando-os dependentes de recursos cujo pagamento é incerto. A impontualidade na entrega das cotas dos fundos de participação parece inevitável, na presente conjuntura brasileira, menos como fruto da desidia ou vagarosidade administrativa, do que como decorrência da persistência do déficit da Caixa do Tesouro Nacional, que, como é sabido, frequentemente sacrifica a execução dos próprios programas de ação da União. De qualquer modo, torna-se meridianamente evidente que o sistema de complementação de receitas, pelo Governo Federal, enfraquece os Estados e os Municípios, além de encerrar o risco da programação em cadeia e em amplitude nacional, de qualquer dificuldade eventual financeira da União".

"Do ponto de vista da União, o sistema de participação, se fosse cumulado rigorosamente, retiraria do Tesouro Federal parcelas substanciais de recursos, que o próprio Governo da República poderia melhor aliciar na revitalização de setores administrativos debilitados, manifestamente carentes, como por exemplo, os de saúde, de agricultura ou de habitação. Sendo incontestável a insuficiência de recursos federais para corrigir os desequilíbrios derivados do novo sistema tributário, o que mais provavelmente ocorrerá, é ficar a União na incômoda posição de devedora imortal, e os Estados e Municípios, na debedntes, implorando o pagamento de cotas que não compensam as perdas sofridas incapacitadas para o comando das investimentos necessários ao bem estar de suas comunidades.

"A verdade é que deve ser proclamada sem rébucos, é que em nome da reforma tributária uma prioridade que não merecia. Não merecia e nem parecia merecer, porque numa nação como a nossa, que enfrentava e enfrenta ainda as dificuldades e implicações dos graves problemas da normalização da situação econômica e da restauração do cres-

cimento econômico, qualquer ato que concorra para desviar a ação governamental daquelas metas de significação primordial e vital, para autores de sentido evidentemente securitário, constitui imperdoável erro. E' fora de dúvida que a instituição apressada do novo sistema tributário teve tal efeito perturbador, legando ao novo governo o pesado encargo de complementação das receitas estaduais e municipais, encargo que só existe em consequência da nova legislação, de vez que, anteriormente, os Estados e Municípios, ans com mais dificuldades, outros com menos, vinham cumprindo suas missões específicas, com seus próprios recursos. Se havia anarquia tributária, fácil seria escolma-la de seus excessos, tanto mais que se realmente existentes, esses excessos representavam poupanças compulsórias, pacificamente aceitas pelas comunidades, que em regra revestiam em benefício geral".

Esse, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o depoimento sensato, honesto, profundo, sério, de um autêntico municipalista, de um gestor eficiente e consciente de suas responsabilidades, como vem se revelando S. Excia. o Prefeito Stêlio Maroja.

A respeito, porém, dessa afetação às finanças da Prefeitura de Belém, vale salientar, — e o faço com indecência e isenção de ânimo, como paraense sempre atento à vida da minha terra, até porque sou adversário político de S. Excia., o que não me impede, entretanto, de assinalar seus méritos e prestar-lhe esta homenagem de Justiça sob o império da insuspeição — vale salientar, como dia dizendo, que não obstante a situação que pormenorizei, Belém, passado o primeiro impacto, retóca dia a dia a sua beleza morena, enfaceirando-se na sua simplicidade cabócia para a maior festa religiosa do seu Povo que, empolgado e contrito, sem quaisquer discriminações, liberto de suas máguas, tristezas e ressentimentos, irmanado pela mesma Fé, se prepara para homenagear neste mês de Outubro, mais uma vez, a sua excelsa padroeira, na comovedora procissão do cirio de N. S.ª de Nazaré.

E' que o atual Prefeito não se que- dou mudo e conformado, apático e vencido, infenso à sorte de sua terra e de sua gente, como a maioria dos governantes. Reagiu. Tirou o paletó, arregaçou as mangas, convocou todas as forças da sua inteligência, escancarou ainda mais as portas do seu espírito público e descorrido administrativo, dinamizou a severidade no arrecadar, impoz sacrifícios da aplicação dos dinheiros, espantou o luxo e o supérfluo, confinou-se ao sub mínimo das despesas, voou sua imaginação rumo a horizontes até então inexplorados e conseguiu, afinal, brechar a tormenta desencadeada pelo JCM.

E aí está o resultado: assessorado por uma equipe lúcida, tendo à frente a figura d'ânima de seu ilustre Vice-Prefeito, dr. Afax Oliveira, desacelerou a marcha que conduzia, inapelavelmente, o seu município para o caos embora sem permitir-lhe o direito de expandir-se da promotoria de seus desejos e necessidades, na programação de seu maior progresso.

Merece pois, este registro, que faço com a maior alegria e sem nenhum constrangimento.

Finalizando, Senhor Presidente e Senhores Senadores: — Junto aqui a minha voz ao eco angustioso que co-

bre o País, num apêlo, — mais um — ao exmo. Senhor Presidente da República para que faça cumprir as providências anunciadas de reformulação da tual legislação tributária.

S. Excia. não tem por que continuar defendendo essa herança que só agora, no seu governo, faz sentir os seus efeitos. S. Excia. como chefe supremo de um Poder da República, não pode nem deve ficar à mercê da desidia da equipe de trabalho designada para rever a matéria. Há alguns meses, como todos sabemos, foi constituída essa Comissão cuja ostensiva indiferença constitui menos um pripudio à desgraça das administrações inferiores, do que imperdoável desrespeito, lamentável menosprezo à sadia determinação presidencial.

Sensível a mais este grito de socorro, terá S. Excia. devolvido a paz e a tranquilidade dos governantes e, ao Brasil, a retomada de sua marcha para o progresso tão imiedosamente sacrificado. Tenho dito. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, apenas algumas palavras ditadas pelo dever e também pelo prazer.

Nos dias 28, 29 e 30 do mês recém-transato ocorreram as festividades do transcurso da data magna do Município de Guaçu, no meu Estado. As cerimônias e os festejos ali realizados serviram para traduzir a importância social, política e econômica daquela vigorosa comuna, que sempre teve caracterizado o esforço dos seus filhos numa obra de recuperação e de desenvolvimento. Município situado no Sul do Espírito Santo, sua participação tem sido meritória e aplaudida, principalmente pela sua valiosa contribuição em termos de comércio e de agricultura. Mas, agora, outra perspectiva se abre, outras fontes se pronunciam para que se possa completar a obra ciclópica da sua emancipação econômica. E' que o jovem governador do meu Estado vem de resolver um problema desafiante, qual seja o de erradicar o renitente obstáculo ao desenvolvimento da região, adotando medidas efetivas, visando à aquisição do controle acionário da companhia particular de eletricidade ali existente.

Essa empresa não praticava nenhuma reposição nos seus equipamentos e no seu parque energético e, não obstante essa omissão retrógrada, a região se desenvolvia demográfica e economicamente, e as solicitações para implantação de indústrias eram apenas braços impotentes que se voltavam para o espaço, para Deus e para os governos, na súplica de providências.

Agora, com a encampação feita pelo Estado, e com a promessas do Governo Federal de estender para ali o seu gesto assistencial, verifica-se o de alhar de novas esperanças. E, dentro desse quadro, recrutamos a certeza de que, em futuro próximo, as grandes potencialidades e a diversificação das suas matérias-primas permitirão a Guaçu e aos Municípios circunvizinhos ingressar na faixa de uma industrialização capaz de concorrer, decisivamente, para o desenvolvimento do nosso Estado.

Quero, Senhor Presidente, neste instante, mencionar também fato avulso e que enaltece as tradições do civismo e da vida pública dos homens daquele Município. A primeira

eleitora qualificada no Brasil foi Dona Emiliana Viana Emery, precisamente daquele município.

Quando a legislação brasileira negava o direito à mulher de votar e de ser votada, um juiz daquela região, acolhendo os argumentos de D. Emiliana, conferiu-lhe a arma democrática do voto — o título-de-eleitor. Dali, então, surgiu e se espalhou vitoriosamente, por todo o País, um movimento, sustentando e defendendo aquele direito, postergado, durante tantos anos, na vida brasileira.

Com estas palavras, Senhor Presidente, desejo endereçar aqui minhas saudações aos Poderes públicos do Município de Guaçu, representados nas pessoas do seu Prefeito, do Presidente da Câmara Municipal e do Dr. Juiz-de-Direito, pelo transcurso, festivamente comemorado, do "Dia de Guaçu", e formulando os melhores votos para que, em futuro próximo, aquela comuna realize e concretize o seu grande ideal, que é a industrialização. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

Acaba de chegar à Mesa, remetido pela Câmara dos Deputados, Projeto de Lei oriundo daquela Casa do Congresso, de nº 106 de 1967, que dispõe sobre isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura. Projeto de iniciativa do Poder Executivo.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, anunciando para a Sessão de amanhã, a seguinte:

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 3 DE OUTUBRO
DE 1967
(Têrça-feira)

1

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1967 (nº 429-B-67 na origem), de iniciativa do Presidente da República que dispõe sobre o arrendamento de áreas aeroportuárias às empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas às atividades aeronáuticas, tendo pareceres favoráveis — de Projetos do Executivo e de Finanças.

2

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1967 (nº 431-67 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de nove Prêmios Literários Nacionais, tendo pareceres, sob números 650 e 651, de 1967 das Comissões de Projetos do Executivo, favoráveis, com as emendas que oferece de ns. 1-CPE a 6-CPE; de Finanças, favorável ao projeto.

3

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1967 (nº 433-B-67 na origem), de iniciativa do Presidente da República, que estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878 de 3 de dezembro de 1965, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 625 e 626, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e de Constituição e Justiça, com a emenda que oferece de nº 1-CCJ.

4

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de

1967 (nº 430-B-67) na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que inclui nas isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados, material bélico e aeronaves de uso militar, tendo parecer favorável, sob nº 622, de 1967 da Comissão de Finanças.

5

Votação em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1967, de autoria do Senador Julio Leite que da nova redação aos arts. 176, 180, 183 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatutos dos Funcionários Cíveis da União, tendo pareceres, sob nº 443, 444, 446 e 534, de 1967, das Comissões: de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento — favorável, com a emenda que oferece de nº 1-CCJ; 2º pronunciamento — contrário ao substitutivo oferecido pela Comissão de Serviço Público Cível; 3º pronunciamento — contrário à emenda de plenário — de Serviço Público Cível, favorável nos termos do substitutivo que oferece — de Finanças, declarando escapar a matéria à sua competência.

6

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1963, de autoria da Comissão Diretora que denomina "Edifício Isaac Brown", o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado, tendo parecer favorável, sob nº 617 de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Votação em turno único, do Parecer nº 473, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Ofício nº 621-P (g), de 21-8-62 pelo qual o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha cópia autenticada do Recurso em Mandato de Segurança nº 8.600, do Estado da Guanabara, julgado a 21 de junho de 1961 (Parecer pelo arquivamento do ofício, em virtude de já ter o Senado atendido aos objetivos do mesmo através da Resolução número 26, de 1959, que suspendeu a execução do Decreto nº 39.515, de 6-7-56).

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84 de 1967 (nº 342-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 521.700,00 para regularização de despesas que especifica, dependendo de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 832, de 1967, de autoria do Senador Guido Mondim, pelo qual solicita transcrição do texto da Aula Magna, dada pelo Professor Epilogo Gonçalves de Campos, Diretor do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, no dia 18 de setembro último, na inauguração da Faculdade de Administração de Empresas no Distrito Federal.

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Só poderá ser emendado na Comissão de Finanças (art. 67, § 2º da Constituição Federal).

Calendário: Dias 2, 3, 4, 5 e 6 de outubro.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 40 minutos).

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Catete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giberthi — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE) Bezerra Neto — (MT)
 Antônio Carlos — (SC) Adalberto Senna — (ACRE)
 Rui Palmeira — (PB) Lino de Mattos — (SP)
 Manoel Vilela — (RN)
 Vasconcellos Torres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano Atílio Fontana
 Ney Braga Leandro Maciel
 João Cleophas Benedito Valladares
 Teotônio Vilela Adolpho Franco
 Júlio Leite Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio Aurélio Vianna
 Márcio Martins Pedro Ludovico
 Secretário: Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos Vasconcellos Torres
 Antônio Carlos Daniel Krieger
 Aloysio de Carvalho Benedito Valladares
 Eurico Rezende Alvaro Maia
 Wilson Gonçalves Lobão da Silveira
 Petrólio Portela José Feliciano
 Carlos Lindenberg Menezes Pimentel
 Rui Palmeira Leandro Maciel

MDB

Antônio Baibino Aarão Steinbruch
 Bezerra Neto Aurélio Vianna
 Josaphat Marinho Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-0.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano Benedito Valladares
 Lobão da Silveira Adolpho Franco
 Petrólio Portela Arnou de Melo
 Eurico Rezende José Leite
 Atílio Fontana Mello Braga

MDB

João Abrahão Adalberto Senna
 Aurélio Vianna Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto José Leite
 Carlos Lindenberg João Cleophas
 Juno Leite Duarte Filho
 Teotônio Vilela Sigefredo Pacheco
 Domicio Gondim Filinto Müller
 Leandro Maciel Paulo Torres

MDB

Mário Martins José Ermírio
 Pedro Ludovico Josaphat Marinho
 Lino de Mattos João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 16.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel Benedito Valladares
 Mem de Sá Antonio Carlos
 Alvaro Maia Sigefredo Pacheco
 Duarte Filho Teotônio Vilela
 Aloysio de Carvalho Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna Antonio Baibino
 Lino de Mattos Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

João Cleophas Antonio Carlos
 Mem de Sá José Guomard
 José Leite Daniel Krieger
 Leandro Maciel Petrólio Portela
 Manoel Vilela Atílio Fontana
 Clodomir Millet Juno Leite
 Adolpho Franco Mello Braga
 Sigefredo Pacheco Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate Celso Ramos
 Carvalho Pinto Teotônio Vilela
 Fernando Corrêa Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo Josaphat Marinho
 Bezerra Neto José Ermírio
 Oscar Passos Lino de Mattos
 Arthur Virgílio Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Baibino

ARENA

SUPLENTE

Ney Braga João Leite
 Atílio Fontana José Cândido
 Adolpho Franco Rui Palmeira
 Domicio Gondim Arnou de Melo
 João Cleophas Leandro Maciel

MDB

Antônio Baibino Pessoa de Queiroz
 José Ermírio Pedro Ludovico
 Secretário: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg PL-8.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A
TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Julio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Neto
Mario Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A
TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICONO DAS SÉCAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A
TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Julio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A
TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A
TITULARES

Teotônio Vilela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guilomard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mario Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A
TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Julio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A
TITULARES

Paulo Torres
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Julio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Mello**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Vilhã
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Lino de Mattos
Aarão SteinbruchArthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg**M D B**Lino de Mattos
Arthur Virgílio
Secretaria: Carmelita de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Siegfredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Oscar Passos
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.